

RNB

REVISTA
NUMISMÁTICA
BRASILEIRA

ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXVI, Nº1, 2022





SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA



ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXVI, N°1, 2022

Junho 2022



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Fundada em 1924

DIRETORIA BIÊNIO 2021/2022

Gilberto Fernando Tenor	Presidente
Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari	Vice-Presidente
Ismael Toledo Júnior	Diretor Financeiro
Hélio César Xavier	Diretor Administrativo
Paulo Cesar Fim	Diretor Técnico
Marcelo Augusto Tibúrcio	Diretor Curador
Oswaldo Martins Rodrigues Júnior	Diretor Social e de Divulgação

Oswaldo M. Rodrigues Jr.	Editor
Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari	Coordenador administrativo
Edil Gomes	Coordenador de diagramação e gráfica
Ana Regina Nóbrega	Gerente Administrativa

Comissão Editorial

Adriene Baron Tacla - Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA) / Instituto de História da Universidade Federal Fluminense
Camilla Ferreira Paulino da Silva - LIMES - Fronteiras interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações - UFES / SEDU - Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo
Caroline Oliva Neiva - Historiadora - Laboratório de História Antiga UFRJ
Claudio Umpierre Carlan - Historiador - Universidade Federal de Alenas
Gisele Oliveira Ayres Barbosa - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO e Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras
João Goulart de Souza Gomes - Numismata, historiador – UFBA
Lilian de Angelo Laky - Departamento do História - Universidade de São Paulo
Marcela Marchi - Museóloga - Museu Eugênio Teixeira Leal
Maria Celeste Fachin - Arqueóloga - Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, câmpus de Franca
Paula de Jesus Moura Aranha - Historiadora - Numismata - Museu Histórico Nacional / Ibram
Telma Cristina Soares Ceolin - AAMV - Associação Amigos do Museu de Valores
Vagner Carvalheiro Porto - Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
Yuri Victorino Inácio da Silva - Historiador, arquivista, pesquisador e numismata - Sociedade Gaúcha de Numismática

Comissão Editorial Internacional

Adolfo Ruiz Calleja - Espanha - Universidad de Valladolid / Blog Numismático
Álvaro R. Cordón - Guatemala - Punto de Encuentro Numismático de Guatemala
Andrés Cortázar - Colômbia - Fundación Numismáticos Colombianos - NUMISCOL
Bernardo Alfredo Oliva Muñoz - Chile - Asociación Cultural Numismática de Arica
Carlos Iza - Equador - Academia Nacional de Historia del Ecuador
Cesar Corrales - Peru - Peruvian Banknotes - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú
Daniel Oropeza Alba - Bolívia
Eduard D'Argent - Peru - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú
Glenn Stephen Murray Fantom - Espanha - Amigos de la Casa da Moeda de Segovia
Luis Roberto Ponte - Venezuela - Sociedad Numismática Venezolana - SONUVE
Raúl Tapia Bascopé - Bolívia - Sociedad Numismática Boliviana
Ricardo León Tallavas - México - Sociedad Numismática de México
Richard Cacchione - Peru - Sociedad Numismática del Perú
Robert Mastalir Divisek - Equador - ANECU - Asociación Numismática Ecuatoriana

O teor dos artigos publicados na Revista Numismática Brasileira é de inteira responsabilidade de seus autores. Os artigos enviados para publicação, deverão ser de caráter numismático, observadas as normas no final deste volume. Permite-se a reprodução de partes dos textos mediante referência bibliográfica da fonte.

Palavras do editor

06

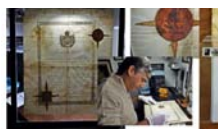


A CRIAÇÃO DO BANCO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL E A EMISSÃO DE BILHETES DE 10.000 RÉIS

07

The creation of the Bank of the Province of Rio Grande do Sul and the issuance of banknotes of 10,000 Réis.

Rudi Petri Gautério de Antoni



INTERVENÇÃO EM ACERVOS ATRAVÉS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE MANEIRA HISTÓRICA, ARQUIVÍSTICA E MUSEAL: O CASO DO CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO PESSOAL - CEMIP

17

Intervention in collections through the science of information in a historical, archival and museal way: the case of the center of memory and personal information - CEMIP.

Yuri Victorino Inácio da Silva



SAN MARTIN EN LA NOTAFILIA

46

San Martin na notafilia.

Javier Tux Pons



TOUR DE PORTUGAL EM FICHAS MONETÁRIAS

99

Tour of Portugal in currency tokens.

Luís Salgado

Instrução aos autores

122



Capa: 10\$000 Rs, Banco da Província do Rio Grande do Sul.

Artigo: A criação do Banco Da Província Do Rio Grande Do Sul e a emissão de Bilhetes de 10.000 Réis



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Rua 24 de maio, 247 - 2º andar - São Paulo - SP

Tel.(11) 3222.3534 e 3333-7004

e-mail:snb@snb.org.br

MISSÃO

Atender aos anseios dos associados, na promoção da numismática no Brasil, com ética, responsabilidade e dentro dos preceitos estatutários.

VISÃO

Ser o principal referencial da cultura numismática no Brasil

VALORES

A SNB valoriza:

- A - Satisfação dos associados;**
- B - Ética nos seus atos e relacionamentos;**
- C - Competência profissional;**
- D - Integração entre associações;**
- E - Respeito a todas as “Partes interessadas”.**

Palavras do Editor

Estamos num ano icônico para o Brasil, e ao observar 2022, o ano do Bicentenário da Independência do Brasil, podemos usar da visão desde a numismática. Para tanto, a SNB houve por bem, sob anuência da Diretoria, criar um projeto que poderia interessar a comunidade numismática e mobilizar o colecionismo no país. Através da Diretoria Social e de Divulgação, a SNB passou a divulgar nas redes sociais pela internet, nos 200 dias anteriores ao 07 de setembro, diariamente, uma peça numismática, contando assim a história e as moedas, cédulas, medalhas e publicações numismáticas. Esse

tem sido um trabalho que, além da Diretoria Social e de Divulgação, tem contado com a Presidência de Gilberto F. Tenor e o Coordenador de diagramação e gráfica, Edil Gomes. Desde 19 de fevereiro de 2022 espalhamos pelos grupos da SNB no Facebook, Instagram e WhatsApp, fichas numismatográficas de peças relacionadas à numária nacional. Ao final dos 200 dias a SNB produzirá uma publicação comemorativa com estas páginas diárias. Fiquem atentos!

Nesta edição da RNB trazemos alguns textos elucidativos e que podem e devem orientar o colecionismo numismático.

Desde apresentar contextos históricos, com o Banco Provincial do Rio Grande do Sul, um longo e completo estudo sobre iconografia de cédulas argentinas com a figura de San Martin, e o uso de fichas em Portugal. E trazendo aos leitores um artigo sobre organização de coleções de modo profissional, de um ponto de vista museológico, conduzindo à compreensão de que os registros precisam e devem ser os mais completos para facilitar o encontro das peças que pretendemos.

Desejamos que todos tenham grande proveito com as diretrizes dos autores, em especial a participação argentina e portuguesa nesta edição.



Oswaldo M. Rodrigues Jr.

Revista Numismática Brasileira – RNB
Editor

A CRIAÇÃO DO BANCO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL E A EMISSÃO DE BILHETES DE 10.000 RÉIS

The creation of the Bank of the Province of Rio Grande do Sul and the issuance of banknotes of 10,000 Réis

Rudi Petri Gautério de Antoni¹

RESUMO

Em 1854 iniciaram-se os esforços de criação do Banco da Província do Rio Grande do Sul, que trouxe a emissão de cédulas no valor de 10\$000 rs desde Londres, fabricados pela Knowles & Foster. O Banco da Província do Rio Grande do Sul, chegou a ter 52 filiais fora do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Banco da Província do Rio Grande do Sul, cédula, história monetária

ABSTRACT

In 1854, efforts began to create the Bank of the Province of Rio Grande do Sul, which brought the issuance of banknotes in the amount of 10\$000 rs from London, manufactured by Knowles & Foster. The Bank of the Province of Rio Grande do Sul, even had 52 branches outside Rio Grande do Sul.

Keywords: Bank of the Province of Rio Grande do Sul, banknote, monetary history

O assunto deste artigo diz respeito a criação do Banco da Província do Rio Grande do Sul e sua emissão de bilhetes de 10\$000 Rs.

No entanto, se faz necessário uma pequena contextualização do período, com referencia as criações de bancos neste período histórico.

¹2° Sargento da reserva da Policial Militar do estado do Rio Grande do Sul, email: petrirudi@gmail.com



10\$000 Rs, Banco da Província do Rio Grande do Sul

O Banco do Brasil de 1853 foi o primeiro banco brasileiro com dimensões verdadeiramente nacionais, com matriz no Rio de Janeiro e filiais nas províncias de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará e Pernambuco.

Em 1857, com a ascensão do liberal Bernardo de Souza Franco ao Ministério da Fazenda, foi realizada uma reforma bancária que descentralizou as emissões de bilhetes.

Seis novos bancos foram autorizados a emitir bilhetes nas províncias, concorrendo diretamente com o Banco do Brasil.

Entretanto, naquele mesmo ano, uma crise financeira atingiu as principais praças do Império.

Embora a crise tivesse origens externas, desencadeada pelo fim da Guerra da Crimeia, os conservadores acusavam o excesso de papel-moeda em circulação pela queda no câmbio.

No ano de 1859, após a queda do ministro Souza Franco, impulsionada pela crise financeira de 1857, foi realizada uma contrarreforma financeira.

Os bancos provinciais deveriam resgatar os bilhetes emitidos ou pagar uma taxa de mil réis por nota, o que inviabilizaria a manutenção das emissões.

Os bancos da Bahia e da Província do Rio Grande do Sul desistiram do

direito de emissão e foram transformados em bancos comerciais, os demais fizeram acordo com o Banco do Brasil e foram transformados em caixas filiais deste último.

A criação do Banco Da Província Do Rio Grande Do Sul

Em 1854 na cidade de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, surgiu a ideia da criação de um banco, pelo que consta a iniciativa partiu de José Luiz Cardoso de Salles (conhecido posteriormente por Barão de Irapuá), reuniram-se em sua casa a seu convite em 6 de abril desse ano os srs. José Joaquim dos Santos Ferreira, Joaquim José Mendes Ribeiro, José Inocêncio Pereira, Antero Henrique da Silva, José Dias de Souza, José Pedro Alves, William Macrae, Mac Gachen Irmãos, José Hebert, Manoel Soares Lisboa, José Domingues dos Santos e Antônio José Pedrosa, serviu como secretário este último.

Resolveu-se nesta reunião pedir-se ao governo a criação em Porto Alegre de uma caixa filial do Brasil, ficando o sr. José Joaquim dos Santos Ferreira, incumbido da redação da representação que deveria ser assinada pelos negociantes e proprietários residentes nesta cidade.

No dia 30 do mesmo mês e ano fez-se nova reunião, desta vez na residência do comendador Manoel Ferreira Porto Filho, sob a presidência (por aclamação) do dr. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que era então presidente desta província, servindo de secretario o dr. Luiz de Freitas e Castro.

Deliberou-se nesta reunião a criação de um banco sob a denominação de Banco Commercial da Província de Rio Grande do Sul, de preferência a uma caixa filial dependente do Banco do Brasil. Ficou resolvido que as ações seriam do valor de 200\$000 rs. cada uma para ficarem ao alcance de todas as bolsas.

A comissão de organização e redação dos estatutos foi nomeada e composta pelos srs. José Luiz Cardoso de Salles, José Hebert e Lopo Gonçalves Bastos, e uma outra comissão para angariar a subscrição de ações, composta esta pelos srs. Manoel Ferreira Porto Filho e José Dias de Souza.

Após isso, decorreram quase três anos durante os quais a diretoria do Banco (Conselho Diretório do Banco, denominava-se ela) tratou de conseguir a aprovação dos estatutos e a autorização para o Banco poder funcionar – coisas que, naquele tempo, dependiam do Governo Imperial, ao passo que, por outro lado, as comissões respectivas tratavam de fazer subscrever

as ações do Banco, cujo capital devia ser de mil contos de réis dividido em 5.000 ações de 200\$000.

Em 23 de novembro de 1857 o conselho diretório do Banco recebeu do Presidente desta Província officio remetendo cópia do aviso do Ministério da Fazenda de 4 de novembro e o Decreto n. 2205 de 24 de outubro, tudo de 1857, autorizando a incorporação e aprovando os estatutos do Banco.

Diante de tão auspiciosa notícia, a Diretoria resolveu officiar ao Ministro da Fazenda Bernardo de Souza Franco e Barão de Mauá, agradecendo-lhes o relevante serviço prestado a esta Província na criação do Banco.

Para ocupar o cargo de gerente foi nomeado o sr. Antônio de Azambuja Cidade Junior, que gozava de muita experiência nesta função, pois servira muitos anos na Contadoria da Fazenda Provincial e que então se achava aposentado.

Ficando o sr. Cidade a acumular no Banco as funções de gerente e tesoureiro.

Como primeiro edifício do Banco foi escolhido a casa de sobrado na rua de Bragança no 116, de propriedade de José Antônio da Silva Veiga, que foi alugada ao preço de 64\$000 por mês, e isto depois de abandonada a ideia de comprar-se a Casa Queimada, na rua da Praia esquina Praça da Alfândega, de propriedade de Joaquim José Brochado, para no lugar dela ser edificada uma casa própria para o Banco.

Estando tudo disposto e organizado, instalou-se no dia 1o de julho de 1858, numa quinta-feira, o Banco da Província do Rio Grande do Sul.

O mesmo decreto que autorizou o Banco a funcionar e que aprovou os seus estatutos (*Lei Nº 1.083, De 22 De Agosto De 1860*), foram emendados estes na parte relativa à emissão de bilhetes, e ficou instituído o seguinte:

- O Banco teria a faculdade de emitir bilhetes ao portador e à vista, até a soma do seu capital efetivo.

- Estes bilhetes seriam realizáveis em moeda metálica ou notas do Tesouro e garantidos por igual soma em apólices da dívida pública de juro de 6% ou nas de 5 e 4% pelo valor correspondente, e em ações de empresas que tenham o juro de 7% pelo menos, garantido pelo governo imperial ou provincial, todos estes títulos pelo seu valor nominal. As apólices e ações que servissem de garantia à emissão seriam de propriedade do Banco e ficariam depositadas em seus cofres.

Enquanto o Banco não obtivesse os títulos acima designados poderia, até



2ª Agência do Banco da Província em Porto Alegre. Fotografia retirada de um postal editado por Hugo Freyler em 1908, mostrando o edifício - ao lado do Palacete Chaves - onde funcionou entre janeiro de 1862 e março de 1885

a soma do seu capital realizado, emitir bilhetes ao portador e à vista, para cuja realização e troco em moeda corrente e metálica e notas do Tesouro conservaria em caixa soma que não fosse inferior a 50% desta emissão.

Os bilhetes emitidos pelo Banco não poderiam ser de valor menor de dez mil réis.

Em vista destas disposições, o Banco da Província do Rio Grande do Sul, assim que foi instalado mandou vir de Londres as notas 10\$000 Rs, o responsável pela foi Impressão: Knowles & Foster.

Em 16 de maio de 1859 chegou a primeira remessa de duas mil notas de 10\$000 Rs, que foram logo assinadas e postas em circulação, 15 contos em 13 de junho e 5 contos em 4 de julho de 1859.

Era intenção dos diretores fazer o Banco emitir notas até a importância de 600 contos de Réis (a importância do capital realizado até a sexta cha-

mada) e por isso haviam mandado vir de Londres 60.000 notas do valor de 10\$000 rs. cada uma.

O Banco poderia fazer essa emissão, diz o decreto que o autorizou a funcionar, conservando em caixa a quantia de 300 contos de réis em moeda nacional, ou garantindo-a com apólices da dívida pública por valor igual ao da emissão.

Mas, poucos meses depois de terem sido lançadas na circulação as primeiras duas mil notas, as cinquenta e oito mil notas restantes, que foram chegando logo após as primeiras e que estavam em grande parte já assinadas, não puderam ser emitidas em consequência de um pesado ônus que o governo criara sobre cada uma delas.

O decreto n. 2490, de 30 de setembro de 1859 criou o selo de 1\$000 rs. por semestre sobre os bilhetes ou notas (de qualquer valor até 50\$000 rs.) emitidos pelos bancos incorporados por atos do poder executivo. Cada nota de 10\$000 rs. ficava, assim, sujeita ao selo ou imposto de 2\$000 rs. por ano, e a emissão, portanto, de notas deste valor ficava sujeita ao imposto de 20% ao ano.

Acrescente-se a este pesadíssimo ônus a obrigação de reter em caixa 50% do valor emitido e ver-se-á que o imposto aludido era essencialmente proibitivo e que o Banco da Província procedeu muito bem desistindo da emissão e resolvendo recolher a que já estava feita.

Isto se deu a 3 de novembro de 1859, em ocasião em que havia na circulação 13:710\$000 rs., em notas do Banco, que começaram a ser resgatadas nesse dia e que foram recolhidas até março de 1861, com exceção de uma única nota que nunca acudiu ao troco.

Esse selo proibitivo era precursor de uma lei que então se elaborava, proposta do Ministro da Fazenda em junho de 1859, contra a qual a diretoria do Banco representou, mas que foi adotada, sancionada e publicada sob n. 1083, em 22 de agosto do ano seguinte.

Dispôs essa lei:

Art. 1º. Nenhum dos bancos criados por decreto do poder executivo poderá emitir, sob a forma de notas ou bilhetes ao portador, quantia superior ao termo médio de sua emissão operada no decurso do primeiro trimestre do corrente ano, enquanto não estiver habilitado para realizar em ouro o pagamento de suas notas, exceto se

além do fundo disponível ou de garantia e das outras condições estabelecidas nos respectivos estatutos, tiver em caixa parte de seu capital equivalente ao excesso do dito termo médio de emissão e for esta parte representada por moedas de ouro ou barra do mesmo metal do toque de 22 quilates, etc. etc.

§2o. Nenhum dos bancos criados por decretos do poder executivo poderão emitir ou manter na circulação notas, bilhetes e em geral escritos que contenham promessa ou obrigação de valor recebido em depósito ao portador, de quantia inferior a 50\$000 rs. na corte e província do Rio de Janeiro e a 25\$000 rs. nas outras províncias.

O governo marcará um prazo razoável dentro do qual as notas ou bilhetes de tais valores deverão ser resgatados, ficando estes, desde que tiver começado o resgate ou substituição, isentos do imposto do selo respectivo.

Em julho de 1859 foram eleitos diretores os srs. João Pereira Machado, Lopo Gonçalves Bastos, Clemente José Pinto, Manoel Ferreira Porto Filho, José Inocêncio Pereira, Joaquim Lopes de Barros & Irmão e José Dias de Souza e suplentes os srs. João José de Carvalho, Macedo & Azevedo, Joaquim Caetano Pinto, Huch & Cia., João Baptista Soares da Silveira e Souza, Joaquim Antônio de Oliveira Maia e Justino José da Silva.

Os diretores M. F. Pinto Filho e José Dias de Souza, reeleitos, não aceitaram o cargo, pelo que foram chamados os suplentes. Estas diretorias, conquanto numerosas (compunham-se de sete membros) funcionavam regularmente, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, em casos extraordinários, celebrando mais de uma reunião na semana.

Em 1859, comprou um prédio no Largo da Alfândega, onde funcionou até 1885, quando inaugurou a nova sede na esquina da rua Sete de Setembro com Gen. Câmara, onde funciona atualmente o museu e casa de cultura Santander Cultural.

Na década de 1890 começou uma política expansionista, implantando agências no interior do Rio Grande do Sul.



3ª Agência do Banco da Província - 1900. Fotografia dos Irmãos Ferrari mostrando o edifício construído na esquina da Rua Sete de Setembro com a Gal. Câmara, pelo próprio Banco da Província, a partir de 1882. A agência passou a funcionar neste local em 08 de março de 1885.

Após várias aquisições e incorporações de outros bancos, o Banco da Província do Rio Grande do Sul, chegou a ter 52 filiais fora do Rio Grande do Sul.

Em 1970 o banco teve seu controle assumido por uma *holding* vinculada ao Montepio da Família Militar e a APLUB, que passou a planejar sua fusão com o Banco Nacional do Comércio (Banmércio) e o Banco Industrial e Comercial do Sul (Sulbanco).

Em 1972 foi realizada a fusão do Banco da Província do Rio Grande do Sul, com o Banco Nacional do Comércio (Banmércio) e o Banco Industrial e Comercial do Sul (Sulbanco), dando origem ao Banco Sul Brasileiro.

*Fotografia do edifício
construído pelo Banco da
Província na esquina da
Sete de Setembro com
a Rua Uruguai e que foi
inaugurado em 1913
com projeto do arquiteto
Theo Wiederspahn. O
banco funcionou neste
edifício até a década de
1950 quando construiu
o grande edifício, no
mesmo local, existente
até os dias atuais*



Fontes e referências bibliográficas:

- Azambuja, G.A. de (2017). *História resumida do Banco da Província*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks/Ebook%20-%20Graciano%20Azambuja%20-%20Historia%20do%20Banco%20da%20Provincia.pdf>
- Câmara de Deputados (1859). Decreto nº 2.487, de 30 de Setembro de 1859. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1859, Página 533 Vol. 1 pt. II*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2487-30-setembro-1859-557741-publicacaooriginal-78399-pe.html>
- Poder Legislativo (1860). *Lei Nº 1.083, De 22 De Agosto De 1860*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1083.htm#:~:text=LIM1083&text=LEI%20N%C2%BA%201.083%2C%20DE%2022%20DE%20AGOSTO%20DE%201860.&text=Contendo%20providencias%20sobre%20os%20Bancos,e%20diversas%20Companhias%20e%20Sociedades.

Santander (2020). *Papel Moeda – Coleção Santander Brasil*. https://cms.santander.com.br/sites/WPS/documentos/arq-catalogo-papel-moeda/20-12-21_184616_catalogopapelmoedasantandersitecompletoreduzido.pdf

Wikipédia (2022). *Banco da Província*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_da_Prov%C3%ADncia

Crédito imagens:

- Heritage Auctions - Imagem da Cédula de 10000 Réis;
- Azambuja, G.A. de (2017). *História resumida do Banco da Província*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



INTERVENÇÃO EM ACERVOS ATRAVÉS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE MANEIRA HISTÓRICA, ARQUIVÍSTICA E MUSEAL: O CASO DO CENTRO DE MEMÓRIA E INFORMAÇÃO PESSOAL - CEMIP

Intervention in collections through the science of information in a historical, archival and museal way: the case of the center of memory and personal information - CEMIP

Yuri Victorino Inácio da Silva¹

RESUMO

Este artigo é resultado da apresentação de Yuri Victorino no projeto - Conhecendo Museus e Numismática - da Sociedade Numismática Brasileira, no episódio: Intervenção em Acervos a través da Ciência da Informação de maneira histórica, arquivística e museal: O caso do Centro de Memória e Informação Pessoal CEMIP. Trata da solução desenvolvida para gerenciamento da Coleção Numismática e outras correlacionadas. Aborda a constituição do Centro de Memória e Informação Pessoal – CEMIP – instituição que trabalha com temas voltados para a Numismática e Coleccionismo. Propõe uma solução através da Ciência da Informação como formato de criação e execução de um Centro de Memória. Apresenta a história e a estrutura organizacional, além de outros fatos ligados direta ou indiretamente com a Numismática. O material foi preparado seguindo a sugestão de Oswaldo M. Rodrigues Jr., mentor do projeto Conhecendo Museus e Numismática da Sociedade Numismática Brasileira.

Palavras Chave: Numismática; Arquivologia, Museologia, Informação, Memória.

¹Centro de Memória e Informação Pessoal - CEMIP - Out. de 2022. <http://cemip.adb.inf.br/yvictorino@gmail.com>

ABSTRACT

This paper is the result of the presentation by Yuri Victorino in the Brazilian Numismatic Society's project *"Knowing Museums and Numismatics"*, in the episode *"Intervention in Collections through Information Science in a historical, archival and museum way: The case of the Memory and Personal Information Center"* (CEMIP).

The paper deals with the solution developed to manage the Numismatic Collection and other correlated ones. It addresses the Memory and Personal Information Center's constitution (CEMIP), an institution that works with subjects related to Numismatics and Collecting. It proposes a solution through Information Science as a format for the creation and execution of a Memory Center and presents the history and organizational structure, in addition to other facts directly or indirectly related to Numismatics. The material was prepared following the suggestion of Oswaldo M. Rodrigues Jr., mentor of the project *"Knowing Museums and Numismatics of the Brazilian Numismatic Society"*.

Keywords: Numismatics; Archival Science, Museology, Information, Memory.

O fervilhar das ideias na Numismática Brasileira

Na última década a Numismática Brasileira ganhou aceleração no que tange a produção de conhecimento. Inúmeros veículos dissidentes de Instituições, como as Sociedades, Associações e Clubes Numismáticos e Instituições de Ensino aconteceram. São vários os catálogos, livros, revistas que trouxeram quantidade de artigos de interesse do colecionismo e da numismática. Os multimeios, as imagens estáticas e os vídeos acompanharam este artifício, elencados ao desenvolvimento dos processos de disponibilização, acessibilidade e gerenciamento das informações captadas, editadas e transmitidas através de aparelhos portáteis como os celulares na WEB. A transformação ou atualização da realidade numismática brasileira acompanhou de certa maneira a aceleração dos métodos. Um portal de comunicação se abriu. A troca de informações pipocou de forma intensa em pouco tempo. Algo que não aconteceu por décadas.



INTERVENÇÃO EM ACERVOS ATRAVÉS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE MANEIRA HISTÓRICA- ARQUIVÍSTICA-MUSEAL- NUMISMÁTICA

O caso do Centro de Memória e Informação Pessoal
CEMIP

Até então (me parece que) a Ciência Numismática raras vezes fora associada às outras Ciências. Quando muito adjunta a História ou a Heráldica. Esta realidade vem mudando na última década. A multidisciplinariedade parece ter injetado no panorama brasileiro a oportunidade de avançar no entendimento do que consiste na reconstrução, ou ao menos o debate amplo, de uma identidade nacional numismática moderna.

Deste caminho revoltou muitas indagações surgiram-nos. Então, buscamos alternativas para construção de um modelo que contemplasse as inquietações proveniente da falta de respostas para umas tantas perguntas: Seriam os caminhos já trabalhados os melhores? Haveriam se esgotado os campos para a pesquisa na Numismática nacional? Haveria uma ferramenta desenvolvida para misturar informações dos diversos campos do saber centrada na Numismática? Que caminho(s) percorrer? Que resultados almejar?

Tentando responder às perquirições é que desenvolvemos uma ferramenta que desse conta disso tudo, ou ao menos em parte. Algo que funcionasse de maneira teórica e prática. Baseada na atualidade e que se autodesenvolvesse e se renovasse constantemente de maneira autônoma.

A Multidisciplinariedade foi o eixo. Reunimos o conhecimento das experiências vividas que foram calcadas na Arquivologia, História, Museologia, Numismática, Heráldica, Filatelia, Sigilografia e outras. O resultado foi o nascimento do Centro de Memória e Informação Pessoal. O CEMIP. Um Centro híbrido que se consolidou de uma série de saberes.

De maneira ilustrada, oferecemos ao leitor uma breve compreensão do universo interessante que é o Centro de Memória e Informação Pessoal. Para isso partimos de algumas formulações iniciais que estarão disponíveis ao transcorrer do texto.

Já de saída apresentamos algumas definições que adotamos para este trabalho. O que entendemos por Numismática provém da reflexão do numismata, historiador e museólogo Goulart Gomes, que é colecionador, membro da Sociedade Brasileira de Numismática (SBN-SP) e correspondente da UNAN - Unión Americana de Numismática.



O QUE É NUMISMÁTICA?

Numismática é o estudo da **representação de fatos históricos, culturais e socioeconômicos, através da classificação e análise** de moedas, cédulas e artefatos(...).

Professor Goulart Gomes – Palestra Medalha e Memória

O que é o CEMIP?

O Centro de Memória e Informação Pessoal Yuri Victorino (CEMIP) é a instituição híbrida responsável pelo planejamento e desenvolvimento da gestão técnica da informação, documentos e itens de valor numismático e histórico do acervo particular de interesse público de Yuri Victorino.

A Origem do Centro de Memória e Informação Pessoal

O Surgimento do Cemip está ligado diretamente à vida do seu criador Yuri Victorino. Suas funções profissionais levaram a desenvolver conhecimentos específicos nas áreas da Comunicação, Ciência da Informação, Diplomática, Paleografia, Sigilografia, Filatelia, Numismática, Heráldica, História, Sociologia, Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia.



YURI VICTORINO INÁCIO DA SILVA

*Pós graduado em História e Cultura Afro-Brasileira (2021);
Graduado em Arquivologia UFRGS (2009);
Graduado em História IERGS (2020);
Mestrando do PPGCOM-UFRGS (2009);
Arq. Pesquisador Jornalista da TVE RS-BR; (2001-2021);
Diretor Técnico da Arxius do Brasil (2018-2021);*

*Diretor Curador do Centro de Memória e Informação Pessoal – CEMIP (2009-2021);
Diretor de Comunicação, Conselheiro e Vice Presidente 2018-2021 da SGN;
Conselheiro Fiscal da Sociedade Filatélica Rio-Grandense 2016-2018;
Diretor do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa 2015-2016;
Consultor Numismata do IHGRS - 2016;
Membro da Comissão Editorial da Revista Numismática Brasileira 2021
Membro da Comissão Editorial da Revista UNAN 2018-2020.*

Estas áreas estão refletidas em todo o conteúdo. Seja através da estrutura intelectual ou física do Centro. Intelectual pela aplicabilidade das ciências na confecção da estrutura. Física na organização, acesso e difusão dos itens.

O contato com os documentos especializados, como as películas cinematográficas, fitas magnéticas, fotografias, discos planos e outros, se deu na infância influenciado pela convivência no meio televisivo que se solidificava na década de 1970 do século passado.

O entrosamento com os documentos, livros e a numismática já fazia parte da realidade através da influência familiar. O desenvolvimento com a Comunicação e ciências correlacionadas se deu através do ingresso no Curso de Comunicação Social da PUC-RS na década de 1980. A imersão com os aparelhos e meios de gravação e reprodução dos documentos audiovisuais se deu pela longa passagem nos meios de comunicação que perduram e décadas. Já o contato com a Ciência da Informação, Arquivologia, História, Museologia e ciências correlatas aprofundaram-se por cursar estas áreas na da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e outras instituições no final do século 20 e início do 21.

O Núcleo inicial

Em 2004 um grupo de alunos do Curso de Arquivologia da UFRGS, constituiu uma organização Não Governamental - ONG chamada Arqvide. A instituição fora criada com intuito de trabalhar as questões voltadas

à proteção da memória coletiva, conservação, gestão e difusão dos documentos e objetos públicos e privados. Partiram do acervo pessoal de Yuri Victorino, constituído de documentos dos séculos XVII, XVIII e XIX, em suporte papel, películas e fotografias, além de peças e livros numismáticos. Durante quatro anos muitos projetos ligados as Instituições públicas e privadas, voltadas para preservação da Memória foram desenvolvidos e executados. Cabe ressaltar o Projeto de Intervenção Arquivística no acervo do SindiBancários-RS. O que futuramente viria a se tornar o Memória Bancária-Arquivo Histórico Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (AHSBPOA). Foram dezena de projetos.

Em 2008 a Arqvide se dissolveu. A maioria dos seus integrantes havia se formado e buscavam seus interesses. Alguns constituíram a empresa ARXIUS do Brasil que é voltada para aplicação da Arquivística. Os demais seguiram como consultores ou empregados em empresas públicas ou privadas. Os documentos e peças que subsidiaram o início da ong retornaram para seu proprietário, conforme previsto no estatuto da instituição.

No período de 2008 até 2011 o acervo passou por uma série de intervenções, culminando numa reestruturação.

Em 2012 Yuri Victorino busca apoio dos antigos colegas para a criação de um Centro de Memória. Contata profissionais com conhecimentos específicos voltados para o desenvolvimento de soluções que sustentassem o projeto de viabilização de um Centro de Memória. Financia com recursos próprios.

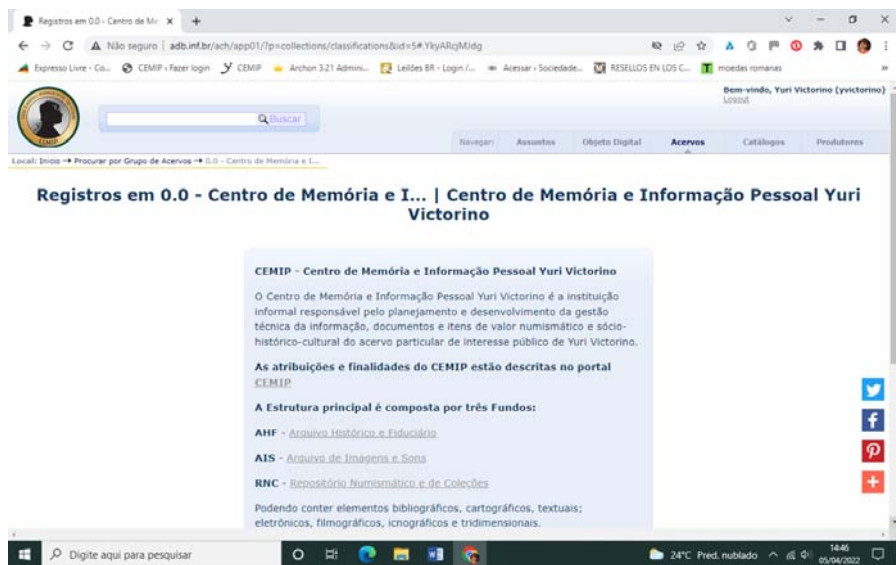
Dois grupos se formaram. Um tratou de fornecer soluções quanto a feitura de um Repositório Digital e um Portal Eletrônico. O outro voltou-se para aplicar metodologias e desenvolver ferramentas intelectuais na Gestão da Instituição. A criação do Centro se deu de forma sincronizada, pois ambos os processos resultariam em fases complementares. Aqui veremos primeiro como se deu a criação do repositório e o portal digital.

A Criação do Repositório e Portal Digital

Após os estudos do primeiro grupo coordenado pelo arquivista Erico Moraes, chegou-se à conclusão que os sistemas informatizados para gestão deveriam oferecer uma série de características que viabilizassem eficiência nas atividades da instituição: a possibilidade de minimizar a redundância

de dados; efetuar o controle de autoridade; a capacidade de analisar dados do acervo através da geração de relatórios; interface simplificada para inserção de dados descritivos e a publicação de instrumentos de descrição diretamente na Web, foram algumas das características.

Buscou-se um projeto de código aberto e licença não comercial, desenvolvidos pela comunidade arquivística. Elancaram o Archon: The Simple Archival Information System. Plataforma desenvolvida pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos. O Archon destacava-se pela funcionalidade de publicar automaticamente na Web os instrumentos de pesquisa. O software foi concebido utilizando a linguagem de programação PHP e o banco de dados MySQL7. O que permite o controle sobre aquisições do acervo, a criação e publicação de instrumentos de pesquisa online. Possui ainda um módulo de objetos digitais vinculando-os as descrições arquivísticas. O Archon é gratuito – com a observância da licença de uso da própria Universidade de Illinois – e de fácil implantação, dispensando maiores esforços de suporte técnico em informática.



No ano de 2014, o CEMIP era a única instituição particular, de interesse numismático, no cenário nacional, que contava com um sistema de padrões arquivísticos disponível na Internet. Naquela mesma época, outros sistemas de gestão de acervos despontavam como opção de uso (como o Atom,

o ArchivesSpace e outros), contudo alguns ainda estavam em estágio de desenvolvimento (não sendo indicado, conforme a literatura, para utilização em ambiente de produção), e/ou também requeriam ambientes e recursos adicionais para instalação em um servidor na Internet, o que é fator que deve e foi considerado em um projeto de implantação de software. Optou-se pelo Archon que, na ocasião, apresentava versão estável e utilizado em ambiente de produção por diversas instituições arquivísticas no exterior (notadamente acadêmicas), cujo requisitos de ambiente de instalação em servidor na Internet eram acessíveis, conhecidos e consolidados.

A escolha mostrou-se bem-sucedida, considerando que foi disponibilizado em 2014, totalizando nove anos online. O que para Internet é muito tempo.

Deve-se notar que após todo este período o sistema apresenta certas incompatibilidades com o avanço das novas tecnologias e padrões de linguagem usadas na Internet. Principalmente pela adoção de múltiplos tamanhos de telas (smartphones e afins).

Portanto o CEMIP já iniciou o estudo e ação de migração para outro sistema de descrição de acervo, o qual será totalmente integrado ao website. Este plano de migração estabelece que os recursos e requisitos de TI devem ser acessíveis e aderirem a metodologia de descrição arquivística, que é o que norteia o projeto do CEMIP desde seu início. É justamente a definição de uma metodologia de descrição de acervos - independentemente dos sistemas informatizados - que proporciona a disponibilidade e o intercâmbio das informações de um acervo ao longo do tempo.

O modelo em estudo é o Software Livre Brasileiro chamado Tainacan. É desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus.

O Tainacan é um software livre de código aberto com licença GPLv3. É uma solução tecnológica para a criação de coleções digitais na Internet. Pensado para atender a realidade das instituições culturais, ele é um software gratuito, que permite a gestão e a publicação de acervos digitais de forma fácil e intuitiva. Pode ser utilizado para o desenvolvimento de repositórios e bibliotecas digitais, bem como ações de comunicação, exposições e de difusão de acervos digitais. É um plug-in e um tema do WordPress.

O CEMIP já tem uma instalação do WordPress ativa, o que facilitará no processo. O WordPress possui um painel administrativo que permite ao

usuário realizar a gestão e a publicação de seu acervo. É por meio do painel que podem ser criados diferentes perfis de usuários, com diferentes níveis de acesso às coleções, bem como podem ser criadas diferentes páginas web para a comunicação dos acervos. É a ferramenta que estamos estudando e implementando. Isso deverá ocorrer durante o ano de 2022.

A aplicação das metodologias e desenvolvimento das ferramentas intelectuais

As questões relacionadas ao segundo grupo que deu origem ao CEMIP, que trabalhou sobre as questões de aplicar metodologias e desenvolver ferramentas intelectuais para a Gestão da Instituição, resultou no Arranjo Documental e demais diretrizes. Matéria que vem logo a seguir.

Mas antes voltemos a alguns dos preceitos utilizados neste texto. A final: O que é Ciência da Informação e qual é a relevância para a constituição do Centro?

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



O QUE É CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO?

A Ciência da informação é um **campo interdisciplinar preocupado com a análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento recuperação e disseminação da informação**. Ou seja, esta ciência estuda a informação desde a sua gênese até o processo de transformação de dados em conhecimento.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 48.

O Uso da Ciência da Informação na Formação do CEMIP

No Centro de Memória e Informação Pessoal Yuri Victorino encontramos itens de arquivos, museus e bibliotecas. Porém trabalhar esta Unidade Informacional se utilizando apenas da Arquivística ou da Museologia e ainda da Biblioteconomia, não contemplaria o conjunto como um todo. Estas ciências utilizam diretrizes diferenciadas para resolverem seus problemas.

Cada qual com as suas verdades. A solução estava em mixar o conjunto de conhecimentos. A chave para resolver o problema se deu através da Ciência da Informação (CI).

A interdisciplinaridade é característica que norteia a Ciência da Informação, fundamental para promover um código funcional. Sendo assim, nos apropriamos dos preceitos da CI que alavancaram o fluxo e apontaram os meios de processar a informação, promovendo acessibilidade e uso, fatores cognitivos que são primordiais para o contexto proposto. Seguindo o preceito da interdisciplinaridade, o CEMIP se apropriou do paradigma pós-custodial que propõe a mudança de foco do objeto (custodia) para a informação.

A proposta de um paradigma pós-custodial é decorrente das necessidades de acesso à informação que surgiram a partir dos anos 1980 do século 20. É importante salientar que a proposta de um paradigma pós-custodial está diretamente influenciada pela perspectiva defendida pelo arquivista canadense Terry Cook. Em linhas gerais, Terry Cook propõe a identificação de proveniência dos documentos (itens) que compõe o acervo, a partir do contexto que motivou e provocou sua criação distanciando-se da proposta que considera que essa identificação deve partir do local de produção e/ou recolhimento.

Para Ribeiro (2005) a intensa e estreita relação entre a informação e a tecnologia digital influenciou tanto os Arquivos, os Museus, como as Bibliotecas a convergirem para a chamada “era pós-custodial”. Em virtude dos fatos mencionados, a Informação afirma-se como objeto de estudo em torno do qual se produz conhecimento científico numa área que, a partir de 1958, foi batizada de Information Science nos Estados Unidos da América.

No CEMIP compartilhamos a ideia da arquivista Maria Odila Kahl Fonseca de que a informação é o elo de relação entre a Arquivística e a Ciência da Informação: “As relações interdisciplinares com a ciência da informação se mostram mais fortes no cenário brasileiro do que no plano internacional. A associação com a ciência da informação parece ser uma característica da evolução da área arquivística no Brasil” (FONSECA, 2005:101).

Podemos afirmar que a Ciência da Informação se constitui diferentemente do modelo custodial, institucional e técnico seguido pela Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, durante o fim do século 19 e início do século 20. Entretanto o desenvolvimento dessas áreas, as suas perspectivas

contemporâneas, direcionam para uma possibilidade de relacionamento, uma vez que essas possuem mais que do que a dimensão informacional em comum, mas também uma dimensão comunicativa, administrativa e educativa.

No paradigma pós-custodial o que interessa não é apenas o objeto, mas a informação que o mesmo possa transmitir.

Entendemos Informação como um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material, como no metal - moedas, medalhas, fichas etc., papel - cédulas, apólices, vales, etc., filme, banda magnética, disco compacto, outros. E, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

A Ciência da Informação pode ser relacionada com:

Arquivologia; História; Memória; Numismática, Museologia, Análise de Sistemas; Biblioteconomia; Ciência da Computação; Comunicação Social; Arquitetura de Informação; Eng. de software; Gestão do Conhecimento e da Informação; Gestão de Projetos, etc.

O CEMIP visa incluir a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e uso da informação contida nos elementos presentes nos objetos, documentos e demais cápsulas de memória, existente em seu acervo.

É uma vocação da instituição se relacionar com as agremiações da numismática, buscando uma interação permanente para seus diversos programas, acervos, educativo e programação cultural. É também uma vocação do Centro, estabelecer parcerias com as instituições já existentes de apoio a Numismática. São os casos das parcerias com a Sociedade Gaúcha

de Numismática, Instituto Histórico e Geográfico do RGS, Museu Julio de Castilhos e outras instituições regionais, nacionais e internacionais.

Há que destacar que em dezembro de 2014, como parte das iniciativas para a abertura do Repositório, o CEMIP promoveu a Mostra Numismática: A História em Moedas. O evento ocorreu durante a VII Jornada de Estudos Genealógicos apresentada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Teve como proposta estimular a participação da sociedade no processo de construção do Museu Numismático suscitando a reflexão acerca da numismática nacional e regional, fatos históricos, seus antecedentes e suas consequências na formação da sociedade brasileira. Este evento abriu uma série de atividades relacionadas com Sociedades, Museus, Clubes, Instituições de Memória etc. Fomentou a difusão e gestão de acervos importantes como a digitalização da obra completa de Sandra Jatahy Pesavento (Porto Alegre, 1946 – 2009), Professora, historiadora e escritora gaúcha. Uma iniciativa da Família Pesavento que investiu neste projeto de gestão, digitalização e disponibilização da informação dos livros e documentos da autora. Hoje o conteúdo está disponível no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

MUSEOLOGIA



O QUE É MUSEOLOGIA?

A Museologia é a área do conhecimento que pesquisa a relação dos sujeitos humanos com os seus **objetos socialmente relevantes, num dado contexto.**

Wikipédia.

A Numismática em fase de Musealização:

O Repositório (Museu) Numismático e de Coleções – MNC surge em 2014. Porém a sua existência se confunde com a vida de Yuri Victorino. Isso

porque o acervo é proveniente da coleta exclusiva de Victorino. Iniciou em 1974 fruto da viagem que partira de Porto Alegre-RS, realizada com a família, para o Estado do Rio de Janeiro. Foi quando começou a coletar moedas, fichas e materiais relacionados a numismática e a filatelia. Se resumia a poucas dezenas de moedas, cédulas e fichas de transportes. Eis o núcleo inicial do Repositório (Museu) Numismático e de Coleções.

Mas o Museu existe de fato e não de direito. Ele (repositório) está em fase de Musealização, por isso ainda chamamos de Repositório. A Musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação.

A finalidade do MNC se confunde com a do CEMIP que é: incluir a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e uso da informação contida nos elementos presentes nos objetos.

Tem por missão consolidar como referência local, regional e nacional a informação, contribuindo para difundir, pesquisar, capacitar e apoiar profissionalmente nas áreas da Numismática, Arquivística, Sigilografia, Filatelia, e áreas a fins, com o objetivo de propagar sua prática para as futuras gerações, valorizar sua memória e reafirmar a política pública de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial reconhecido, primeiramente para a população Portalegrense, para a gaúcha e a brasileira.

Por objetivo geral desenvolver ações que visem à salvaguarda da numismática e filatelia, um ícone da identidade brasileira, reconhecido pelo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como patrimônio cultural imaterial brasileiro e, pela UNESCO, como Patrimônio Imaterial da Humanidade, a manutenção de um espaço de referência e constituir-se como eixo de uma rede sociocultural em torno da Numismática.

Como visão de futuro se almeja que nos próximos 10 anos que o Centro se torne espaço importante da referência da numismática no Estado do RS, contribuindo para sua salvaguarda e difusão nacional e internacional.

O corpo técnico se reuniu durante oito meses e contou com a participação de cidadãos representantes de diferentes segmentos da sociedade e elaborou um dossiê sobre o Museu Numismático, de onde foram extraídos a maior parte dos elementos constituintes do futuro Plano Museológico:

Diagnóstico Global, ou apresentação do CEMIP; Definição Operativa ou apresentação do Museu e Plano Museológico e Programa.

O Plano Museológico está em desenvolvimento. Será produto dos debates e reflexões estimulados pela equipe técnica do Centro de Memória e Informação Pessoal focada no Museu Numismático e de Coleções. Resultado de reuniões com representantes de instituições numismáticas, pesquisadores e conhecimentos museológicos provenientes dos Cursos de Graduação de Arquivologia e Museologia, assim como do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que levaram as linhas mestras do futuro Plano. Outro norteador foi a Política Nacional de Museus de 2003.

O corpo técnico operacional é composto por eventuais assessorias específicas, uma vez que o centro não contempla funcionários. São eles:

Gestão Informacional: Paola Victorino de Almeida I. da Silva;

Consultoria Arquivística: Erico Fernandes;

Consultoria Museal Thiago: Silva de Araújo

Consultoria Bibliotecária: Caroline Silveira Sarmento

Consultoria Histórica: Vanessa Campos e Yuri Victorino;

Consultoria Educacional: Célia Jurema Aito Victorino;

Consultoria em Design-Web-plataformas: Claudio Teixeira;

Consultoria Comunicacional e Gestão Integrada de Acervos: ARXIUS DO BRASIL.

São profissionais de nível superior nas áreas da Arquivologia, História, Comunicação e Informação, Educação e Meio Ambiente e Museologia. A formação dos colaboradores é fator primordial para desempenho dos objetivos propostos.

Os trabalhos são dirigidos pelo historiador, arquivista, numismata e jornalista, mentor e realizador do CEMIP, Yuri Victorino.

Por que podemos considerar o CEMIP um Arquivo?

Segundo (SCHELLENBERG, 2004) “Os documentos de qualquer instituição pública ou privada, considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e pesquisa, tendo sido depositado ou selecionado para depósito num arquivo de custódia permanente”; e ainda



O QUE É ARQUIVOLOGIA?

A Arquivologia é a Ciência que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na **produção, organização, guarda, preservação e utilização** dos arquivos. Também chamada de arquivística.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 37.

a LEI 8.159/91 quando define que Arquivo é o “Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter públicas, e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. E sendo assim, a instituição se enquadra perfeitamente como Arquivo.

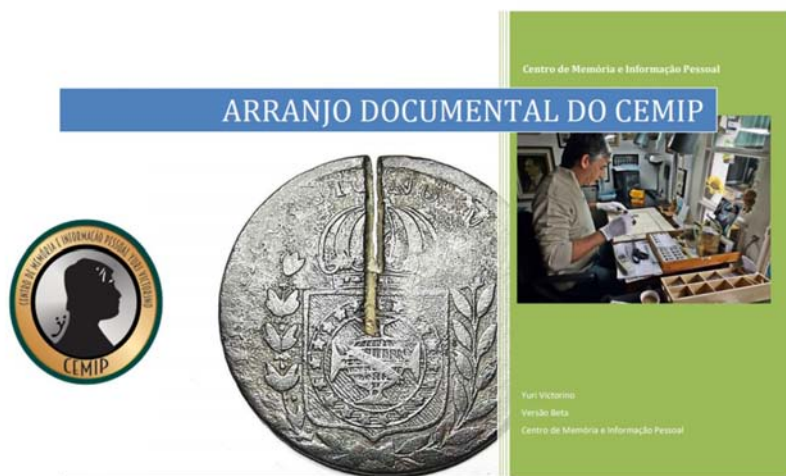
Cada Arquivo é único: O Conselho Internacional de Arquivos, ao editar a norma para descrição de arquivos - ISAD(G) indica procedimentos baseados nos princípios arquivísticos sem determinar uma estrutura fixa de organização ou estabelecer códigos e títulos. Cada arquivo merecerá sempre uma análise, planejamento e tratamento próprios à sua conformação. Partindo do preceito que *Cada Arquivo é Único é que nos subsidiamos para constituir a base do Centro de Memória e Informação Pessoal*.

O CEMIP é uma instituição com características de Arquivo Permanente (histórico), onde o acesso é aberto, a concentração física é centralizada e a justificativa para conservação é a pesquisa, onde o processamento técnico é proporcionado pelo Arranjo e descrição.

O CEMIP trata do conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função do seu valor secundário. Valor Secundário: refere-se à possibilidade de uso dos documentos para fins diferentes daqueles para os quais foram originariamente criados. O documento passa a ser considerado fonte de pesquisa e informação para terceiros e para a própria instituição.

Através do Arranjo, - que é a operação de reordenação dos conjuntos documentais, obedecendo a critérios que respeitam o caráter orgânico dos conjuntos documentais, e da Descrição - que é o conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa; que o CEMIP estrutura suas coleções.

Entende-se por arranjo a sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, utilizando-se diferentes métodos, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido (ARQUIVO NACIONAL, 2005). - As operações intelectuais compreendem a análise dos documentos quanto a sua origem funcional, forma e conteúdo; - as operações físicas referem-se ao acondicionamento dos suportes documentais em locais apropriados e à identificação dos mesmos para definir sua disposição. O estudo das funções, das atividades e da estrutura da organização produzirá um esquema chamado Quadro de Arranjo para atividades intelectuais e físicas de arranjo. É o que segue.



O Quadro Descritivo do Arranjo Documental do CEMIP

O QDAD - Quadro Descritivo do Arranjo Documental do CEMIP organiza e disponibiliza os documentos para consulta. O Arranjo Documental tem influência na descrição documental. A Norma ISAD (G) trouxe a premissa de descrição multinível, que busca contextualizar a documentação dentro

da estrutura hierárquica dos fundos, partindo sempre do geral para o particular. Segundo a Norma (ARQUIVO NACIONAL, 2000) há cinco níveis de descrição, a saber: fundo, seção, série, dossier e item documental. Para a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (ARQUIVO NACIONAL 2006), considerando a realidade arquivística nacional, há seis níveis de descrição para instrumentos de pesquisa.

No Centro de Memória e Informação Pessoal, estabelecemos a relação hierárquica a partir do seguinte quadro de arranjo composto por seis níveis:

0 - CEMIP - Entidade Custodiadora;

1 - Fundo;

2 - Seção;

3 - Série;

4 - Dossier e

5 - Item.

Há três Fundos fechados que são:

AHF - Arquivo Histórico e Fiduciário;

AIS - Arquivo de Imagens e Sons e

RNC – Repositório (Museu) Numismático e de Coleções.

A organização interna destes fundos procurou seguir o que é proposto pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e Sistema Nacional de Arquivos.

Há que lembrar que esta é uma *instituição híbrida* e que a estrutura interna sofreu interferências também da Biblioteconomia e da Museologia. Porém o cerne está baseado na Arquivologia, seguindo assim as Normas Internacionais e Brasileira. Sem esquecer que ela é focada na Numismática.

Sendo assim, algumas definições arquivísticas sobre Documentos são necessárias pois fundamentam este trabalho:

- *Documento* é toda informação registrada em um suporte material, suscetível de consulta, estudo prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar;

- *Documento arquivístico* é a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades. CONARQ.

O Cemip segue os princípios arquivísticos que constituem o marco

principal da diferença entre a arquivística e as outras ciências documentárias. São eles: – *Princípio da Proveniência* – *Princípio da Organicidade* – *Princípio da Unicidade* – *Princípio da Indivisibilidade ou integridade* – *Princípio da Cumulatividade*.

As atribuições e finalidades do CEMIP

- Estabelecer normas e procedimentos relativos a descrição, avaliação, eliminação, arranjo, reprodução, produção, tramitação, uso, arquivamento, exposição e tratamento, assim como elaboração de instrumentos de pesquisa, da preservação, conservação e guarda permanente de documentos, peças e bibliografia convencionais e digitais com valor numismático e/ou histórico; e ainda, estabelecer normas e procedimentos para garantir a autenticidade das informações, itens e documentos convencionais e digitais de forma a assegurar a defesa dos interesses; como a conservação, preservação, divulgação e disponibilidade das informações contidas nos elementos do acervo.

- Elaborar o plano de classificação da informação, quanto a produção e acesso de forma a garantir a sua organização, recuperação, acesso ou sigilo; além de estabelecer a política e os procedimentos operacionais do processo de rotulação e tratamento das informações, através da elaboração e implementação do código de referência.

- Coordenar a rede do Centro de Informações; arquivo, museu, biblioteca e protocolos setoriais; organizar e sistematizar os processos organizacionais de forma a promover a execução eficaz e eficiente do trabalho e auxiliar na informatização desses processos;

- Coordenar a avaliação de documentos e itens e assegurar as condições de conservação, proteção, acesso e disseminação do patrimônio.

- Sensibilizar organizações públicas, privadas e a sociedade em geral quanto à importância da herança cultural contida na documentação decorrente de atividades de pessoas físicas, jurídicas, grupos, famílias, ou quaisquer formas associativas sob quaisquer suportes.

- Elaborar projetos próprios ou em parcerias de organização de informações registradas sob quaisquer suportes em organizações públicas e privadas, não governamentais e em outras entidades similares, notadamente as de movimentos sociais, associações comunitárias, etc.

- Proporcionar a capacitação técnica do pessoal lotado em quaisquer organizações ao tratamento, gestão, prevenção, preservação, conservação e difusão dos seus acervos através de cursos, cartilhas, manuais, workshops, e demais formas de divulgação de conhecimento. E ainda manter intercâmbio com outros centros de documentação e memória, museus, coleções, arquivos e afins, nas diversas áreas de pesquisa e com a comunidade em geral.

- Elaborar, coordenar, promover, colaborar e/ou executar planos de trabalho em conjunto, convênios, comitês, parcerias e outras formas associativas com entidades e/ou profissionais especialistas quando da necessidade de tratar acervos de caráter museológico, biblioteconômico e/ou demais formas de informações registradas.

- Recuperar a memória social através do tratamento do patrimônio documental, cultural e artístico disperso e em risco em distintos âmbitos das administrações sociais sejam de ordem pública ou privada. Cabendo o dever de observar o estado de ditos patrimônios e denunciar às autoridades competentes caso estejam em condições temerosas, de perda total ou parcial, sob formas inaceitáveis de acesso por parte do cidadão.

- Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais previstos na Declaração Universal dos Direitos do Homem através do tratamento, disponibilização e divulgação das informações registradas que configurem a noção de patrimônio de interesse público.

- Trabalhar de forma multidisciplinar com integrantes, colaboradores, associados eventuais, parceiros, sejam pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas segundo projetos com objetivos, finalidades, funções, atribuições, direitos, deveres e duração pré-determinados na redação dos mesmos, respeitando-se os códigos de ética de cada profissão e/ou organização envolvida.

- Preservar a memória institucional do CEMIP, protegendo seu acervo, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica.

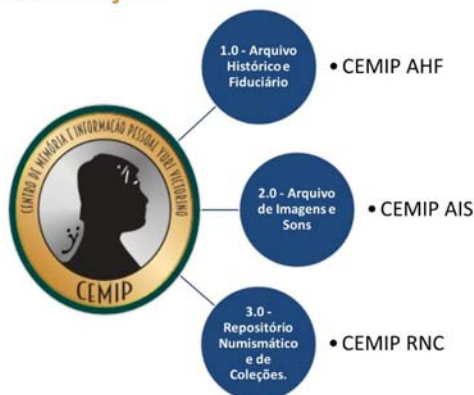
- Desenvolver uma política de aquisição de acervos de pessoas físicas ou jurídicas de interesse acadêmico, científico e cultural, tornando-os acessíveis à consulta pública;

- Promover treinamentos para capacitação e formação profissional na área de Arquivologia, Museologia e Numismática e Ciências correlatas.

A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, que podem incluir cursos, eventos, publicações, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações com ou sem fins lucrativos e a órgãos do setor público e privado que atuem ou desejem atuar em áreas afins.

O CEMIP não se envolverá em questões ideológicas religiosas, político-partidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO:



Compreendendo o CEMIP

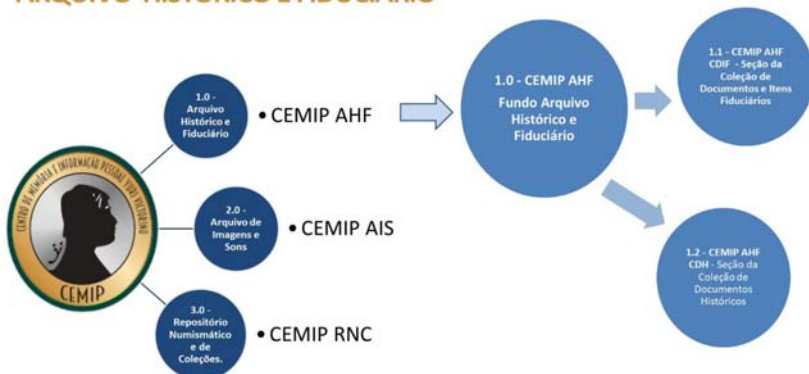
O Centro de Memória e Informação Pessoal Yuri Victorino – CEMIP é composto de Três Unidades:

1. Arquivo Histórico e Fiduciário

É responsável pela Guarda e Gerenciamento dos itens e da informação contida nas **Coleções de Documentos Fiduciários** e **Coleções de Documentos Históricos**. Pode o Arquivo conter itens de gêneros bibliográficos, cartográficos e textuais.

1.1. Coleções de Documentos Fiduciários: contém documentos provenientes de doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos.

ARQUIVO HISTÓRICO E FIDUCIÁRIO



Organizados por Séries divididas em Instituições Bancárias ou Financeiras produtoras e subséries pelas Tipologias Fiduciárias, tais como cadernetas, cheques, recibos etc. E ainda em sub-sub-séries de assinaturas.

1. Arquivo Histórico e Fiduciário

1.1 Coleção de Documentos Fiduciários

- Série Instituições Financeiras:
 - Instituições Monetárias
 - Instituições Não Monetárias
 - Instituições Auxiliares Financeiras
 - Instituições da Comissão de Valores Mobiliários
 - Instituições Seguradoras e Previdência Privada e Capitalização
- Série Instituições Tributárias:
 - Serviço de Notas
 - Serviço de Protestos
 - Serviço de Registro de Imóveis
 - Serv. de Reg. de Títulos e Doc. e Civil das Pessoas Jurídicas
 - Serviço de Reg. Civil de Pessoas Naturais
 - Serv. de Reg. Contr. Marítimos e Serv. de Reg. de Distribuição
- Série Atividades Econômicas
 - Industriais.
 - Comerciais e Serviços.
 - Agropecuária.

ARQUIVO HISTÓRICO E FIDUCIÁRIO



1.2 Coleção de Documentos Históricos: contém documentos provenientes de doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. Organizados em Séries divididas em temáticas sócio/culturais e suas subséries em fatos/personagens.

1. Arquivo Histórico e Fiduciário

1.2 Coleção de Documentos Históricos

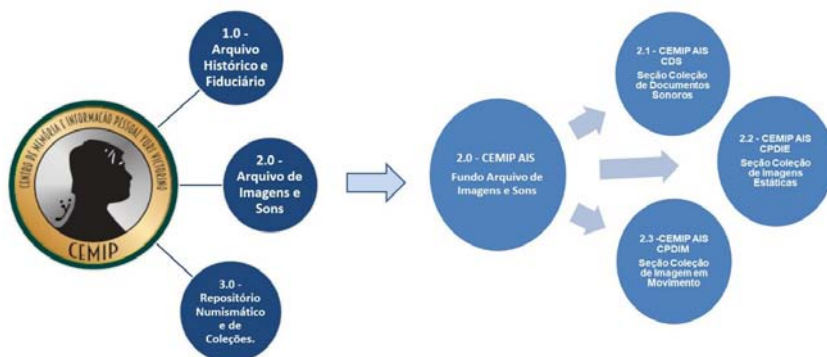
- Série de Documentos de Personalidades
- Série de Fragmentos de Doc.e Assinaturas
- Série de Certificados e Diplomas
- Série de Documentos Raros

2) Arquivo de Imagens e Sons

1.2 Arquivo de Imagens e sons é responsável pela Guarda e Gerenciamento dos itens e da informação contida nas **Coleções de Peças e Documentos de Imagens em Movimento, Coleção de Peças e Documentos de imagens estáticas e Coleção de Documentos Sonoros**. Pode o Arquivo conter itens de gêneros eletrônicos, filmográficos e icnográficos.

● **Coleções de Documentos Sonoros** contém documentos Sonoros, tais como entrevistas, músicas, vozes e panoramas sonoros, provenientes de produções, reproduções, doações, assim como da

ARQUIVO DE IMAGENS E SONS



compra de acervos ou itens únicos. Organizados em Séries divididas em temáticas sócio/culturais e suas subséries em fatos/personagens.

Série de Equipamentos de Reprodução de Som Analógicos.

Série de Gravações em Sulcos

Série de Gravações Magnéticas

● **Coleções de Peças e Docs. de Imagens Estáticas** contêm documentos de imagens estáticas, tais como fotografias, negativos, etc., provenientes de produções, reproduções, doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. Organizados em Séries divididas em temáticas sócio/culturais e suas subséries em fatos/personagens.

Série de Projetos de Imagens Estáticas Analógicos

Série de Fotografias e Slides

Série de Cartões Postais e Rótulos.

Série de Quadros, Gravuras e Desenhos

● **Coleções de Peças e Doc de Imagens em Movimento** contêm documentos de imagens em movimentos, tais como filmes analógicos e digitais, sonoros ou não, provenientes de produções, reproduções, doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. Organizados em Séries divididas em temáticas sócio/culturais e suas subséries em fatos/personagens.

Série de Ap. Cinematográficos Analógicos

Série Película

Série Digital

ARQUIVO DE IMAGENS E SONS

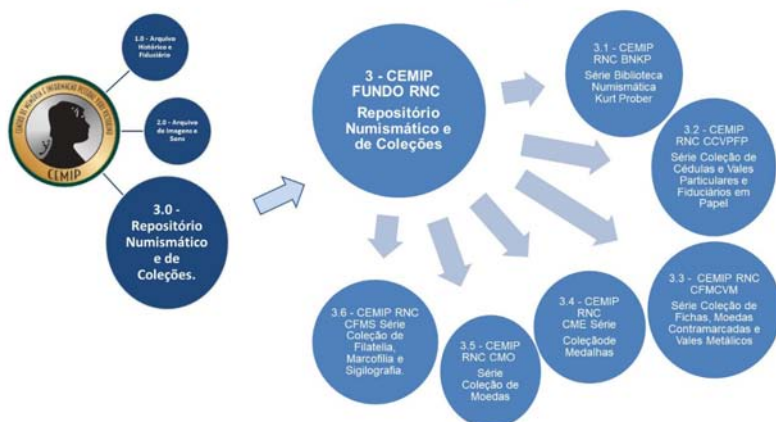


3) Repositório (Museu) Numismático e de Coleções.

Podendo conter elementos de gêneros: bibliográficos, cartográficos, textuais, eletrônicos, filmográficos, icnográficos, metálicos, bidimensionais, tridimensionais ou multiplataformas.

1.3 – Repositório (Museu) Numismático e de Coleções: é responsável pela Guarda e Gerenciamento dos itens e da informação contida nas seis seções. O Repositório contém itens tridimensionais; virtuais ou concretos; metálicos, papel, plástico e outros materiais. Também imateriais e digitais.

REPOSITÓRIO NUMISMÁTICO E DE COLEÇÕES



Coleções de Moedas, Medalhas, Fichas Moedas Contramarcadas e Vales Metálicos, Coleção de Cédulas, Vales Transportes, Cofres e objetos tridimensionais e a Biblioteca Kurt Prober.

●**Biblioteca Numismática Kurt Prober:** contém Livros, catálogos, periódicos, guias e folhetos provenientes de doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. Organizados em sequencial alfanuméricos por temáticas. Catálogos, Comunicação, Arquivística, Memória e Informação, Diplomática, Filatelia, História, Museologia e Numismática. Organizados em Dossiers sequenciais alfanuméricos temáticos.

●**Coleção de Cédulas e Vales Particulares e Comerciais em Papel e Plástico:** contém cédulas e vales particulares em papel e plástico do Brasil e do Mundo. Provenientes de doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. Organizados em três Séries: Cédulas Nacionais, Cédulas Internacionais e Vales Particulares e Comerciais.

●**Coleção de Fichas, Moedas Contramarcadas e Vales Metálicos:** Fichas Fiduciárias Particulares do Brasil e Mundo. Provenientes de doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. Organizados em três Séries divididas em assuntos relacionados com comércio, turismo, pecuária, diversão, cultura, saúde etc. E suas subséries em: Minas de Extração de Minério, Fazendas, Pecuária, Estabelecimentos industriais e comerciais, Empresas de transportes de pessoas e mercadorias, Letras, números e marcas, Cinemas, parque e teatros; Restaurantes, bares, cafés, confeitarias

REPOSITÓRIO (MUSEU) NUMISMÁTICO E DE COLEÇÕES



e cervejarias; Hotéis e motéis; Museus e Casas Culturais; Leprosários e casas de saúde; Casinos e Loterias, Máquinas Automáticas; Propagandas e brindes; Bocal para pavio de lampião e botões de roupas e guaiacas. E ainda nas sub-sub-séries metal, datação, valor e letra monetária, podendo haver outras subdivisões. São estas as Séries:

Fichas Metálicas: é composta de doze Dossiers: Agremiações, Comércio, Cultura e Diversão, Hospedarias, Instituições Comensais e Bebês, Indústrias Fábricas e Construtoras, Extrativismo, Racionamento, Saúde, Transporte e Comunicação.

Moedas Contramarcadas: nesta Série existem as Moedas Contramarcadas com letras, números ou símbolos usados para pagamento, jogo, marcas ou senhas. Apresenta cinco Dossiers; Letras, Números, Letras e Números, Desenhos e Anômalas. Como as marcas Sigma, SGuerra, Sapateiros e outras.

Bocais & Botões Metálicos: existem dois Dossiers; Bocal e Botões de Lâmpioes e Botões de vestimentas.

● **Coleção de Medalhas:** contém medalhas do Brasil e países do Conesul. Provenientes de doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. Organizados em duas Séries: Medalhas do Brasil e Medalhas do Cone sul.

● **Coleção de Moedas:** contém moedas relacionadas com o Brasil. São sete Séries. Cada Série corresponde a um período sócio-histórico-cultural definido pela instituição.

Brasil Primário Indígena, 1440 - 1664

Brasil Pré-colonial e Colonial, 1656 - 1822

Brasil Império, 1822 - 1899

Brasil República Velha, 1889 - 1930

Brasil Estado Novo e República Nova, 1930 - 1945 / 1945 - 1964

Brasil Regime Militar, Abertura e Nova República, 1964-1985/1985 - 1994

Brasil Nova República, 1994 –

● **Coleção de Filatelia, Marcófilia e Sigilografia, 1600-1980:** possui Selo do Brasil Império e República; Marcadores como Selo Seco de Resina, Cera, Terracota, Cerâmica, Chumbo e materiais assemelhados. Também Sinetes e Carimbos. Provenientes de doações, assim como da compra de acervos ou itens únicos. A Seção Coleções de Filatelia, Marcófilia e Sigilografia - FMS contém três séries: Filatelia, Marcófilia e Sigilografia.

Série Coleção Filatelia do Brasil Império e República, 1600-1990
Série Coleção de Carimbos Filatélicos
Série Coleção de Selos e Sinetes

O que se pode tirar de tudo isso

Pode-se concluir que o Centro de Memória e informação é uma instituição privada de caráter público, desenvolvida através da Ciência da Informação, pelo meio de um *mix* de conhecimentos correlatos, centrados na Numismática.

É um projeto desenvolvido intencionalmente para questões da realidade brasileira do colecionismo de itens numismáticos ou relacionados ao tema.

Está constantemente sendo atualizado, considerando-se um experimento Beta. Ou seja, em permanente atualização e movimento. Tanto pela questão intelectual quanto na questão material.

É uma instituição que reflete a constituição, desenvolvimento e difusão da informação numismática através da disponibilidade do acervo físico e do repositório digital refletido no portal eletrônico disponível no endereço: <http://cemip.adb.inf.br/>. O Cemip disponibiliza a sua base de dados (acervo) através do Portal. Lá é possível acessar outras informações através dos canais de divulgação e atendimento.

Acreditamos que através desta breve exposição, você poderá se subsidiar de conhecimento que possibilite consolidar uma solução aos seus anseios

<http://cemip.adb.inf.br>



como colecionador. Talvez este modelo possa influenciar futuras ações para gerenciamento das suas coleções. O que nos faria muito felizes, pois este é o intuito de compartilhar os saberes.

Por fim agradecer a todos que de uma maneira ou outra participaram na construção deste texto. Um especial agradecimento à Sociedade Numismática Brasileira, pois é ela que tem feito muito para graduar a comunidade através das suas iniciativas. Este é o caminho para o desenvolvimento da Numismática como Ciência. Um grande abraço no Oswaldo Martins Rodrigues Júnior, pois sem ele não haveria este diálogo.



CONTATOS

<http://cemip.adb.inf.br/>

<http://www.adb.inf.br/ach/app01/#.YPNdcehKhgd>

cemipyv@gmail.com

FACEBOOK CEMIP

yvictorino@gmail.com



REFERÊNCIAS

- ARXÍUS DO BRASIL: Memória Bancária-Arquivo Histórico Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região (AHSBPOA), 2016. Disponível em: < <http://www.adb.inf.br/arc02/?area=area1#.Ykyh0sjMJdg> >. Acessado em: 05 de março de 2022.
- BRASIL. Arquivo Nacional 2005 Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- CEMIP. **Centro de Memória e Informação Pessoal**, 2022. Disponível em: < <http://cemip.adb.inf.br/> >. Acessado em: 05 de março de 2022.
- CEMIP. Catálogo da Mostra Numismática: A História em Moedas. VII Jornada de Estudos Genealógicos. 2014. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: < <https://fr.calameo.com/books/00400753054dd6c792a2f> >. Acessado em: 05 de março de 2022.
- CEMIP. Digitalização da Obra Completa de Sandra Jatay Pesavento, 2016. Disponível em: < <http://cemip.adb.inf.br/?p=9392> >. Acessado em: 05 de março de 2022.

- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: Conarq, dezembro de 2000. Disponível em: < http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/diretrizes_para_a_construcao_de_Websites.pdf >. Acesso em: 09 de março 2022.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 232 pg.
- Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (**DELTCi**). Vitória, E.S.:Porto: DCI – CCEJ da UFES, SAJCC da FLUP – CETAC.Media, 2007. Disponível em: < <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/index.htm> >. Acesso em: 18 março 2022.
- COSTA, Ney Chrysostomo da. Dicionário de Numismática. 1 ed. Porto Alegre – RS: Livraria Sulina Editores. 1969
- FONSECA, Maria Odila. 2005. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005
- GOULART, Gomes (SNB). Entrevista com numismata Goulart Gomes. **Youtube**, 11/10/2010. Disponível em: < <https://fb.watch/ccgC0yHdxu/> >
- RIBEIRO, Fernanda. “Gestão da Informação/Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?” In: Conservar para quê: Actas da 8ª Mesa Redonda de Primavera. Porto: Universidade do Porto, 2005.
- SHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004
- SILVA, A. B. M. Arquivologia e Gestão da Informação/Conhecimento. In: Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.19, n.2, p. 47-52, maio/ago. 2009.
- SILVA, Armando Malheiro da [et al.] 1999 *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SILVA, Yuri Victorino Inácio da. Conhecendo Museus e Numismática: A experiência numismática na arquivística: o caso da Gestão da Informação no CEMIP. Entrevistador Oswaldo M. Rodrigues. **Youtube**, 11 de outubro 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4d_EKQXYnqg >
- SILVA, Yuri Victorino Inácio da. Arranjo Documental do CEMIP. 1. Ed. Porto Alegre. 2018
- SOARES, A. P. A.; PINTO, A. L.; SILVA, A. M. O paradigma pós-custodial na arquivística. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 4, p. 22-39, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68327>. Acesso em: 08 abr. 2022.
- TAINACAN. **Tainacan**, 2022. Disponível em: < <https://tainacan.org/> >. Acesso em: 18 março 2022.

SAN MARTIN EN LA NOTAFILIA

San Martin na notafilia

Javier Tux Pons¹



RESUMEN

La moneda de cada país se considera un símbolo de independencia y soberanía económica de la nación, pero también es considerado un medio de propaganda, donde en él se imprimen personalidades destacadas, próceres nacionales, la flora y fauna autóctona, símbolos patrios y hasta escenas cotidianas de la idiosincrasia de cada país.

Presentamos desde las primeras apariciones del Gral. San Martín, con las emisiones de “El Banco de Londres y Río de la Plata, la prove-niencia de las imágenes usadas en los billetes, Emisiones de “El Banco de la Provincia de Buenos Aires” y “El Banco Nacional”, La emisión de los “Bancos Nacionales Garantidos”, El Banco Británico de la América del Sur, El Banco central y la emisión “Moneda Nacional”, Serie “Peso Moneda Nacional (m\$N)”, Resellos De Peso Moneda Nacional, Serie “Peso Ley 18.188”, Serie “Austral”, Serie “Tenemos Patria”, emisiones de Chile y Perú, Rarísima Prueba, El Billeto Publicitario Que Todos Quieren, Billetes de Fantasía en conmemoración al Bicentenario del Perú, San Martín ¿En Un Billeto Italiano?, bocetos recuperados y diseños no adoptados de billetes.

Palabras-clave: San Martín; notafilia, Argentina

RESUMO

A moeda de cada país é considerada um símbolo de independência e soberania econômica da nação, mas também é considerada um meio de propaganda, onde personalidades proeminentes, heróis nacionais, flora e fauna nativas, símbolos patrióticos e até mesmo cenas cotidianas da idiosincrasia de cada país são impressas nela. Apresentamos desde as primeiras aparições do Gen. San Martín, com as edições de “O Banco de Londres e Rio de la Plata, a origem das imagens usadas nas notas, edições de “O Banco da Província de Buenos Aires” e “Banco Nacional”, A emissão dos “Bancos Garantidos Nacionais”, o Banco Britânico da América do Sul, O Banco Central e a emissão “Moeda Na-

¹Instagram: @nnfaprendiendo. Facebook: NNF Aprendiendo a coleccionar. Gmail: nnfaprendiendo@gmail.com. YouTube: NNF Aprendiendo

cional", Série "Peso Nacional Moeda (m\$ñ)", Selos de Peso Moeda Nacional, Série "Lei do Peso 18.188", Série "Austral", Série "Temos Pátria", edições do Chile e Peru, Prova Muito Rara, O Bilhete Publicitário Que Todos Querem, Notas de Fantasia em comemoração ao Bicentenário do Peru, San Martin Em Uma Nota Italiana?, esboços recuperados e desenhos de notas não aceitas.

Palavras-chave: San Martin; notafilia, Argentina

ABSTRACT

The currency of each country is considered a symbol of independence and economic sovereignty of the nation, but it is also considered a means of propaganda, where prominent personalities, national heroes, native flora and fauna, patriotic symbols and even everyday scenes of the idiosyncrasy of each country are printed on it. We present from the first appearances of Gen. San Martin, with the issues of "The Bank of London and Rio de la Plata, the origin of the images used in the banknotes, Issues of "The Bank of the Province of Buenos Aires" and "The National Bank", The issuance of the "National Guaranteed Banks", The British Bank of South America, The Central Bank and the issue "National Currency", Series "Peso National Currency (m\$ñ)", Stamps Of Peso National Currency, Series "Peso Law 18.188", Series "Austral", Series "We Have Homeland", issues of Chile and Peru, Very Rare Proof, The Advertising Ticket That Everyone Wants, Fantasy Banknotes in commemoration of the Bicentennial of Peru, San Martin In An Italian Banknote?, recovered sketches and unaccepted banknote designs.

Key words: San Martin; notaphily, Argentina

UN POCO DE HISTORIA

La moneda de cada país se considera un símbolo de independencia y soberanía económica de la nación, pero también es considerado un medio de propaganda, donde en él se imprimen personalidades destacadas, próceres nacionales, la flora y fauna autóctona, símbolos patrios y hasta escenas cotidianas de la idiosincrasia de cada país.

En el génesis notafílico de argentina, Simón Bolívar, George Washington, Benjamín Franklin, William Penn y Robert Morris, son estas las primeras personalidades en aparecer representados en los billetes de bancos argentinos como por ejemplo "El Banco de Buenos Ayres".



1827 - 1 peso
- El Banco de Buenos Ayres
- 170 x 70 mm
Billete con el rostro de George Washintong y Simón Bolivar

1827 – 10 Pesos - El Banco de Buenos Ayres - 177 x 70 mm Billete con el águila, iconografía Norteamericana



Estos billetes elaborados por la Draper Underwood & Co. Filadelfia, fueron encargados por el “Banco de Buenos Ayres” en 1825.

En los ejemplos expuestos aquí podemos observar la figuras de George Washington y de Simón Bolívar, quien curiosamente fuera su debut en la historia de numismática mundial ya que este prócer venezolano, en vida, aparecería en un billete, ya que el fallecería en 1830.

Otras cosas que podemos notar es un águila, ave muy representativa de la iconografía norteamericana.

Estas viñetas eran dibujos estándar que poseían las empresas de impresión de papel moneda y que usaban mezclándolos y creando diseños diversos de billetes para diferentes pedios a nivel internacional.

¿Un poco de historia de la época?

Luego de la declaración de independencia en 1816, en Argentina empezaba un proceso denominado “autonomía de las provincias” o las famosas guerras civiles, transcurrido entre la disolución del gobierno central tras la batalla de Cepeda en 1820 y la organización de un nuevo gobierno nacional tras la batalla de Caseros de 1852, tiene características propias bien diferenciadas del periodo inmediatamente anterior, la “Independencia de la Argentina”, y del periodo que le sucedió, la “Organización Nacional”.

Todo esto hacía que hubiera un caos monetario con emisiones, valores y entidades bancarias para todos los gustos, y al no haber imprentas en el país se hacían confeccionar en el exterior, por lo que las figuras que se elegían generalmente las ponían las imprentas que realizaban el trabajo.

Simón Bolívar, George Washington, Benjamín Franklin, William Penn y Robert Morris, son las primeras personalidades en aparecer representados en los billetes de bancos argentinos.

No fue más que hasta 1830 que estos y otras figuras no tan representativas para el pueblo argentino (como el águila típica de Estados Unidos) pulularon en estos billetes para luego irse y no aparecer más, dando lugar en los años siguientes a billetes con imágenes de, vacas, avestruces, caballos, llamas, ovejas, el escudo nacional, el cabildo, figuras alegóricas y hasta un canguro. Muchos de estos llevaban la leyenda de “Confederación Argentina” o “El estado de Buenos Ayres”.

El derrocamiento de Rosas luego de la batalla de Caseros llevó a la secesión de la principal provincia de la Confederación, dando origen al Estado de Buenos Aires en 1852. Este último entró en guerra con el resto de la Confederación y se enfrentó con ella en la Batalla de Pavón. El triunfo de Buenos Aires significó el fin de la Confederación Nacional y la aplicación de la Constitución de 1853 en todo el territorio.

Con Santiago Derqui en la presidencia y mediante la ley del 1 de octubre de 1860 aparece en los billetes por primera vez la frase “República Argen-

tina” emitidos por el departamento del tesoro, aunque los problemas de separación volverían a ocurrir en 1861.



Durante el siglo XIX se le pidió billetes a la American Bank Note Co. N.Y., con animales de la fauna autóctona argentina. Lo gracioso es que diseñaron un billete que tenía de un lado una llama y en el otro un canguro.

Ya en 1862 con la reunificación aparecen los billetes moneda corriente con la leyenda “El banco y casa de moneda de Buenos Ayres” y “La Provincia de Buenos Ayres”, estos adornados con imágenes tales como, el escudo nacional, barcos, trenes, ovejas, cabras, caballos, vacas, perros, gauchos tocando guitarra, montando, acampando, preparando y tomando mate, sin faltar las figuras alegóricas que siempre adornaron los billetes.

Muchos billetes que circularon entre 1826 y 1881 se los pasó a denominar “pesos plata boliviana”, porque si bien eran emitidos por bancos y gobiernos provinciales, contaban con el respaldo metálico del país vecino.

Y es en el inicio de este período que vemos a los primeros próceres nacionales, en el billete de 20 pesos moneda corriente al General Juan Lavalle, en el de 50 100 pesos - Paraná, Entre Ríos

El Departamento del Tesoro pesos al General Las Heras y en el de 100 al General Primeros billetes en llevar la leyenda “República Argentina” José María Paz. Más adelante empezaremos a ver a Felipe Varela en las pruebas de 10 pesos de 1876 – 1877, Carlos de Alvear, Juan Martín de Pueyrredón, Guillermo Brown, Dalmacio Velez Sarsfield, Luis Argerich Juan Antonio Álvarez de Arenales Mariano Moreno, Cornelio Saavedra, Bernardino Rivadavia.



100 pesos - Paraná, Entre Ríos - El Departamento del Tesoro
Primeros billetes en llevar la leyenda "República Argentina"

1869 - 5000 pesos - La Provincia de Buenos Aires
Prócer: Dalmacio Vélez Sarsfield



0,16 cent. fuertes - La Provincia de Buenos Aires
Prócer: Luis Argerich

Primer billete con el General

El primer billete del que se tiene noticias con la imagen de San Martín data de 1866, dieciséis años después de su fallecimiento; quince años antes de la unificación ordenada por el presidente Julio A. Roca.

Su creador, la Bradbury Wilkinson & sons, una compañía grabadora e impresora inglesa de billetes, sellos postales y certificados de acciones, establecida en la década de 1850 por Henry Bradbury, comenzó a imprimir

billetes en 1856. En 1903, la compañía fue adquirida por American Bank Note Company. En 1917, se trasladó a New Malden en Surrey todavía operando como Bradbury - Wilkinson como una subsidiaria de propiedad total de ABNC. En 1986 fue adquirido por De La Rue. El sitio ahora está ocupado por el supermercado Shannon Corner Tesco. La última planta de Bradbury-Wilkinson fue cerrada por De La Rue en 1990.

Su emisor, “El Banco de Londres, Buenos Aires y Río de la Plata”. La compañía financiera “Banco de Londres, Buenos Ayres y Río de la Plata” se formó con capitales ingleses en 1862, su junta directiva estuvo integrada por G. W. Drabble, presidente, E. R. Duffield, director gerente y C. Hemery, como subgerente, en Buenos Aires, la junta estuvo presidida por Robert Thurburn y Thomas Hogg, quienes permanecieron en sus cargos hasta aproximadamente 1900, el establecimiento bancario estaba ubicado en la esquina de las calles Piedad y Reconquista, del barrio de San Nicolás. Este banco llegó a tener sucursales en Córdoba capital y Rosario, Santa Fé; también operaba en la capital de Uruguay, Montevideo.

Su valor, 1 peso con respaldo de plata boliviana, se observa el rostro anciano dentro de un ovalo en el centro del billete. También emitido por el mismo banco, un billete raro de 8 pesos fuertes, el rostro del general ubicado a centro izquierda del billete representado con uniforme y anciano, combinación que nunca más se vería en las sucesivas representaciones del prócer en la notafilia argentina.



PRIMER BILLETE CON LA IMAGEN DEL GENERAL SAN MARTÍN
1866, Noviembre - Rosario
- 1 Peso Plata Boliviana – Banco Londres y Río de la Plata

Otras emisiones de “El Banco de Londres y Río de la Plata”



1866 – 8 Peso Plata Boliviana – Banco Londres y Río de la Plata. *Notese que en la leyenda se lee, “Pagaremos al portador y a la vista Diez y Seis Pesos Fuertes o su equivalente en moneda de curso legal por cada DOS de estos billetes”*

El mismo banco emite en diferentes sucursales unos vales de 10 pesos, 20 pesos y 50 pesos con la imagen del general en su ancianidad con el uniforme.



1867, Enero - 20 Pesos
Plata Boliviana
Rosario - Santa Fe – Banco
de Londres y Río de la
Plata
San Martín anciano al
Centro en ovalo, querubín
arando la tierra

1869, Noviembre - 1 Peso
Moneda Boliviana
Rosario - Santa Fe – Banco
de Londres y Río de la Plata
San Martín anciano al Centro
en ovalo





**1871, Noviembre - 50 Pesos
Moneda Boliviana**
Rosario - Santa Fe – Banco
de Londres y Río de la Plata
San Martín anciano en ova-
lo, querubín alumbrando con
linterna

**1869, Noviembre - 50 Pesos
Moneda Boliviana**
Córdoba - Córdoba – Banco de
Londres y Río de la Plata
San Martín anciano al margen
superior izquierdo en ovalo, y un
avestruz en ovalo al margen
inferior derecho



1874, Junio - 10 Pesos Fuertes
Rosario – Santa Fé – Banco de
Londres y Río de la Plata
San Martín anciano al margen
izquierdo en ovalo, y un queru-
bín en
una barca al margen derecho
en ovalo (verde y amarillo)

**1874, Junio - 20 Centavos
Fuertes**
Rosario – Santa Fé – Banco de
Londres y Río de la Plata
San Martín anciano al margen
izquierdo en ovalo, y oso hor-
miguero
al margen derecho en ovalo



1874, Junio - 10 Pesos Fuertes
Rosario – Santa Fé – Banco de
Londres y Río de la Plata
San Martín anciano al mar-
gen izquierdo en ovalo, y un
querubín en
una barca al margen derecho
en ovalo (azul y rosado)

1869, Noviembre - 20 Pesos
Córdoba – Banco de Lon-
dres y Río de la Plata
San Martín anciano al mar-
gen izquierdo en ovalo,
ciervo al margen derecho
en ovalo



¿De dónde provienen las imágenes usadas en los billetes?

El uso de la imagen del General en los billetes no provienen de imaginario popular, sino de diferentes pinturas realizadas en diferentes etapas de su vida y muchas de ellas teniendo a este como modelo vivo.

En los primeros billetes que mostramos podemos observar a una imagen del general en su ancianidad, pero con el uniforme militar, algo que se supone fue armado cuando se diseñó la viñeta ya que el general nunca fuera retratado de esa manera.

El cuadro el cual se tomo como referencia corresponde a una obra en tela pintado al óleo por su hija Mercedes de San Martín y Balcarce y fue realizada 6 años después de la muerte del general, en 1856.

Daguerrotipo

La única imagen fotográfica obtenida de nuestro máximo héroe nacional se remonta a 1839, cuando las Academias de Ciencias y la de Bellas Artes de Francia revelaron públicamente los secretos del misterioso “Daguerréotype”, portentoso invento desarrollado por los investigadores franceses Joseph Nicéphore Niépce y Louis-Jacques-Mandé Daguerre.

El daguerrotipo se compone de una placa de cobre, cubierta de plata, que había que pulir hasta dejar como un espejo. Luego se debía sensibilizar con vapores de yodo, formando yoduro de plata sobre la plancha. Y tras exponerla en la cámara –previamente enfocada hacia el asunto a tratar– durante un tiempo determinado, la imagen latente debía revelarse con vapores de mercurio calentado sobre un infiernillo de alcohol.

Se lograba así un positivo único, finamente detallado con una superficie delicada, que debía ser protegida por un cristal contra las abrasiones y encapsulada para prevenir la oxidación periférica de sulfuro de plata.

Hacia 1848, París era cuna de inventos y sede de ateliers dedicados al



Óleo en tela realizado por la hija del general San Martín

“arte del daguerréotype”. San Martín vivía con su familia en la Rue St. Georges cuando estalló el movimiento revolucionario del 23 al 25 de febrero de 1848 que tumbó a Luis Felipe y dio paso a la Segunda República.

La violencia y anarquía en las calles impresionaron al general, que a los 70 años sufría de dolencias de la edad, por lo que se trasladaron a Boulogne-sur-Mer.

Una antigua versión indica que fue en ese momento, antes de la partida hacia el norte de Francia, que su hija Mercedes Tomasa San Martín de Balcarce decidió llevar a su padre al estudio de un daguerrotipista para plasmar

su figura a través de la fidelidad de aquel sistema. La investigadora Laura Malosetti Costa menciona como probable autor del retrato al conde Olympe Aguado.

Narcisse Edmond Joseph Desmadryl

Mas conocido como Narciso Desmadryl, fue un grabador, dibujante y litógrafo francés que fundó la industria litográfica en Chile.

Distinguido en Francia por sus dibujos y grabados en piedra, adquirió notoriedad por sus copias de las obras de Eugène Delacroix.

En 1854 publicó una obra en dos volúmenes, ilustrando los retratos de Galería nacional, o, Colección de biografías i retratos de hombres celebres de Chile. En 1857 realiza las ilustraciones de Galería de celebridades argentinas: biografías de los personajes más notables del Río de la Plata.

Su grabado del General San Martín tomado del daguerrotipo, fue usado para la primera estampilla realizada en homenaje a este en 1857.

La figura se representa invertida en relación al original. y sera unas de las viñetas mas utilizadas en los '70 y '80 en los billetes argentinos.

Jean Baptiste Madou

Este artista belga realizó varios trabajos representando al general con diferentes técnicas como tempera, óleo y litografía.

Y es esta obra litográfica que se usaría como viñeta para los billetes de bancos argentinos, como el Banco Provincia de Buenos Aires, el Banco Nacional o el Banco Británico de la América del Sud; esta viñeta se repetiría combinada con otros motivos debido a que dichos billetes eran impresos por la American Bank Note Co. N.Y. También en la primera emisión hecha por el Banco Central de la República Argentina, en la llamada “Moneda Nacional”, podemos observar esta viñeta en diferentes valores.



*Primera
estampilla
emitida con
el rostro del
Gral. San
Martín*



*Litografía
realizada
por Narciso
Desmadryl.*

En esta litografía podemos apreciar al General San Martín transitando unos 50 años de edad, vistiendo uniforme militar con rostro y figura embellecida y enaltecida, destacando un pequeño error, a esa edad el general ya no usaba su uniforme militar.

El cuadro de la bandera



Esta obra de arte muy difundida en Argentina y el mundo posee una preciosa ejecución y composición, se discute sobre si fue pintada por la profesora de arte de Mercedes, por la propia hija del General, por ambas o incluso por algún otro artista.

El cuadro de la bandera no está firmado ni fechado, pero habría estado en la habitación de San Martín hasta su muerte y así lo describe su nieta, Josefa Balcarce, en una carta a Bartolomé Mitre: “...Era el mejor de todos y que mi madre prefería por su semejanza, la energía y viveza característica de su mirada.”

El joven San Martín

José Gil de Castro (1785-1837) fue un artista Peruano, le decían “pardo Gil” o “mulato Gil”, su padre era pardo libre y su madre mulata esclava. Debido a las limitaciones en la época en Perú se traslada a Chile, donde ganó fama de retratista.

Tras la liberación de Chile, el pueblo quería conocer a su héroe. San Martín accedió a ser retratado por este, quien se encontraba en Santiago. El Libertador entabló amistad con el pintor y una querencia especial con el cuadro, ya que se lo llevó consigo cuando se exilió a Europa.

En este retrato, José de San Martín tiene 39 años, viste el uniforme de granadero con el que ejerció el mando como general en jefe del Ejército de los Andes, tiene el sable corvo debajo del brazo, la banda de general y sobre la mesa se encuentra célebre sombrero falucho.



Óleo sobre tela - Juan Gil de Castro

Con el paso del tiempo, José Gil de Castro se convirtió en el pintor de libertadores: retrató a Simón Bolívar, Antonio José de Sucre y Bernardo O'Higgins, entre otros.

En este cuadro también podemos observar una frase que el pintor agregó "Nada prefirió más que la Libertad de la Patria".

José de San Martín tiene 39 años, viste el uniforme de granadero con el que ejerció el mando como general en jefe del Ejército de los Andes

Emisiones de "El Banco de la Provincia de Buenos Aires" y "El Banco Nacional"

Tres años después, en 1869 que "El Banco de la provincia de Buenos Ayres" emite la serie de pesos fuertes, donde las denominaciones serían 0.08, 0.10, 0.16, 0.20, 0.40 centésimos fuertes y 10, 20, 50, 100, 200 y 500 pesos fuertes.

Es en el de 500 que encontramos nuevamente al General San Martín de edad adulta y con uniforme, situado al margen inferior derecho del mismo y completando el billete en el centro la imagen de "El gaucho y una mujer manipulando un mortero" y al margen inferior izquierdo la alegoría de "La República".

Debido a la crisis financiera se aprueba las emisiones de 1881 de “El Banco de la Provincia de Buenos Aires”, estas se pondrían en circulación dos años después y las mismas contarían con el respaldo en oro; en la citada serie tendría su aparición nuevamente el General San Martín y a su izquierda el General Belgrano, un billete de color verdoso de 500 pesos, con un tamaño de 193 x 95 mm; completando la iconografía en el centro dentro de un recuadro, “un gaucho cabalgando”, en su anverso un figura femenina sosteniendo la bandera - representando “la libertad”.



1869 - 500 pesos fuertes
– “El Banco de la Nación Argentina” - Izq. “La Nación”, Cent. “La pisadora de maíz”, Der. General San Martín – 190 x 95 mm



1883 – 500 Pesos Oro
- Banco Provincia de Buenos Aires – Muestra El Gral. Belgrano a izquierda y el Gral. San Martín a la derecha 193 x 95 mm



**1888 – 500 Pesos Oro - Banco
Provincia de Buenos Aires El Gral.
Belgrano a izquierda y el Gral. San
Martín a la derecha 190 x 107 mm**



Bajo la misma ley pero ya en su cuarta edición este mismo banco, retoca y reemite la serie de billetes y vuelven a aparecer en el billete ambos próceres pero el color deja de ser verdoso para adquirir un rojo furioso y sus medidas 190 x 107 mm y en su anverso tres gauchos y dos caballos, todos estos billetes impresos por la American Bank Note Co New York.



**1883 - 1 peso Moneda Nacional
– El banco Muñoz & Rodríguez
& Ca - circulación. Izq. “Niña con
cachorritos”, Cent. Alegoría “El
comercio”, Der. “General San
Martín – 168 x 70 mm**



La continua crisis económica continua y 1883 podemos encontrar dos emisiones con el rostro del general, una es del ignoto “Banco Muñoz & Rodríguez & Ca”, por el valor de 1 peso moneda nacional, impresos en la American Bank Note Co New York, tiene en su centro la “alegoría del comercio”, en su margen inferior izquierda una “niña con cachorritos” y a su margen inferior derecha el General San Martín adulto con uniforme, sus medidas 168 x 70 mm.

El “Banco Nacional” y “El Banco de la Provincia de Buenos Aires” emiten una nueva serie, aunque continuaban siendo respaldados en oro, en 1885 se suspendió su convertibilidad en este material.

Ocho años antes de la creación del Banco Nación y 52 antes de la del Banco Central, el desaparecido Banco Nacional emitió 3 series siendo la última la que no saliera a circulación.



1883 - 500 pesos
 – “El Banco Nacional” -
 Izq. “Escudo Nacional”
 – Cent. “La Literatura”
 - Der. “General San
 Martín” – 195 x 115
 mm



En ambas serie aparece nuevamente el General San Martín en la denominación de 500 pesos; se encuentra con uniforme en el sector inferior derecho del billete, pero sus acompañantes cambian, en la primer serie a la misma altura pero a su izquierda el “escudo nacional” y en el centro la alegoría de “la literatura” y en su reverso la figura femenina. En la segunda

serie vemos al general acompañado por la alegoría de “la pintura” a la izquierda y atrás una escena donde se muestra “el poder de un arma de fuego disparando a un ave con indígenas a su lado”; todos estos impresos estos por la American Bank Notes Co New York, con un tamaño de 192 x 105 mm y 195 x 115 mm.



1885 - 500 pesos “El Banco Nacional”– Specimen - Izq. “La Pintura”, Der. “General San Martín” – 192 x 105 mm / Rev.: Hombre mostrando poder de fuego a indígenas”

La emisión de los “Bancos Nacionales Garantidos”



*Esta emisión
artísticamente es
compleja y hermosa,
se observa un
diseño sumamente
elaborado.*



A partir de 1888, a través de la ley de bancos nacionales garantidos se autorizó la emisión de “pesos m/n” a la entidad financiera que realizada un depósito en oro en el Tesoro Nacional por el cual recibiera una determinada cantidad de bonos públicos. Se realizaron emisiones de billetes del Banco Nacional, Banco de la provincia de Buenos Aires, Salta, Tucumán y Mendoza, Santiago del Estero, entre otros. Allí recostado a la izquierda dentro de un ovalo se encuentra el General San Martín en el anverso, el valor corresponde a un billete de 1000 pesos emitido por el “Banco Nacional”, cuyo reverso se podía ver en el centro y bien en grande a la alegoría de “la agricultura con varios niños”.

En 1890, debido al agotamiento de las reservas se produce el derrumbe del sistema monetario, fue así que “La Caja de Conversión” asume la responsabilidad de emitir billetes de banco y utiliza los ya impresos de los bancos garantidos y los hace resellar para su circulación. 1895 – 1000 Pesos – La Nación – Compañía Sudamericana de Billetes de Banco. En 1895, la ley del 8

de enero de 1894 autoriza a “La caja de conversión” a emitir una serie completa de billetes con el título “La Nación”, los valores en pesos, 1, 2, 5, 10, 20, 50, 100, 200, 500, 1000, siendo estos últimos muy difícil de encontrar hoy en día. Así es que en el de 1000 pesos volvemos a encontrar al General San Martín ilustrando el billete, en el centro “el escudo nacional”, y a su izquierda “una mujer con un niño a sus pies sosteniendo un globo terráqueo”.

En 1899 comenzó un período de 43 años en los que San Martín y todos los otros próceres dejaron de figurar en los billetes. Hasta 1935, todos los billetes, desde el de 50 centavos hasta el de 1000 pesos, contaron en su anverso con la denominada “efigie del Progreso”, algo similar a lo que ocurre hoy en día con la serie de “animales autóctonos” que divide a gran parte de la sociedad.



**1895 –
1000 Pesos
– La Nación
- Compañía
Sudamericana
de Billetes de
Banco.**



El Banco Británico de la América del Sud

El Banco Británico de la América del Sud era una institución bancaria británica extinta con sede en Buenos Aires, Argentina. Se ubicó en las actuales esquinas de Bartolomé Mitre y Reconquista, actual sede de la Casa Central del Banco de la Nación Argentina, este banco emitió un billete muy similar y de igual valor nominal al de El Banco Nacional, con la única diferencia que se sustituía el nombre del banco por el de “Banco Británico de la América del Sud”.



El Banco central y la emisión “Moneda Nacional”



Imagen con la que se identifica el Banco Central

Para poder emitir el primer signo monetario común a todo el país, se creó en 1880 la Casa de la Moneda de la Nación, encargada de importar tecnología francesa que dio origen en 1881 a los primeros billetes impresos en el país.

El primer signo monetario fue el Peso Moneda Nacional (m\$ñ), creado en 1881, durante la presidencia de Julio A. Roca, por la ley 1.130. El fin fue unificar el sistema monetario.

En 1897 se sancionó la ley N° 3.505 que autorizó a la Caja de Conversión (aún no existía el Banco Central) a modificar los billetes y poner una imagen de la “Efigie del Progreso” en lugar de los retratos de los presidentes y funcionarios de los últimos gobiernos. Estos billetes estuvieron en circulación hasta 1942. Estas series son llamadas “*Serie progreso 1*” de 1881 al 1935 y “*Serie Progreso 2*” de 1935 al 1952, para luego dar paso a los “*Pesos Moneda Nacional*” que tuvieron larga vida, ya que perduraron hasta 1969.

En 1935 se produce la creación del “Banco Central”, el control de la emisión pasa a sus manos y la responsabilidad de la impresión a las de la “Casa de la Moneda”. Por siete años, mantuvieron los diseños anteriores hasta que en 1942 equipada con nuevas maquinarias, incorporando la calcografía como método de impresión, la casa de moneda decide crear un nuevo diseño con nuevas medidas de seguridad y producir sus propios primeros billetes.

El 23 de mayo de 1960 San Martín regresa a los billetes en la denominación de 5 pesos Moneda Nacional, con su rostro al margen derecho dentro de un ovalo, una imagen adulta en uniforme conforma esta edición, el tamaño, 70 x 140 mm. Esta misma configuración pero con cambios de colores y tamaños se repetiría en 10, 50, 100, 500, 1000, 5000, pesos moneda nacional, apareciendo con una imagen anciana en billetes de 500 y 10000 pesos moneda nacional. Esta serie es considerada una de las más hermosas en cuanto a diseño dentro de las hechas por el B.C.R.A.

Cabe destacar que algunos billetes fueron impresos en Inglaterra, eso fue por momentáneos problemas de capacidad, pero luego se retomó la impresión en la Casa de Moneda. Se utilizaron los sistemas de impresión offset (0,50 M\$N y 5 M\$N) y para el resto, el sistema calcográfico.

Serie “Peso Moneda Nacional (m\$ñ)”

Anv. San Martín Joven con uniforme



5 pesos - Moneda Nacional - 70 x 140 mm - Rev. Revolución de Mayo



10 pesos - Moneda Nacional - 74 x 148 mm - Rev. Declaración de la Independencia



50 pesos - Moneda Nacional - 78 x 156 mm - Rev. Cruce de los Andes



100 pesos - Moneda Nacional - 81 x 162 mm - Rev. Fundación de la Ciudad de Buenos Aires



500 pesos - Moneda Nacional - 84 x 168 mm - Rev. Casa de Boulogne Sur Mer



**500 pesos - Moneda Nacional - 85 x 168 mm - Anv. San Martín anciano
- Rev. Casa grand Bourg**



**1000 pesos - Moneda Nacional - 87 x 175 mm - Anv. San Martín Joven con uniforme
Rev. Fragata Sarmiento**



**5000 pesos - Moneda Nacional - 90 x 180 mm - Anv. San Martín Joven con uniforme - Rev.
Congreso de la Nación**



1000 pesos - Moneda Nacional - 93 x 186 mm - Anv. San Martín anciano - Rev. Abrazo de Maipú. La serie "Moneda Nacional" es considerada una de las emisiones más elaborada y hermosa que ha emitido la República Argentina. El billete de 10 mil pesos m\$ñ es el billete de mayor tamaño emitido por el Banco Central.

Resellos De Peso Moneda Nacional

-Hasta el 31 de diciembre de 1969 tienen validez estos billetes de moneda nacional, a partir de allí se le quitaron dos ceros a la moneda y se cambió el signo monetario como decía la recién dictada ley nro. 18.188.

-Para la nueva emisión se diseñaron e imprimieron nuevos billetes pero

hasta que impresión estuviera lista y fuera puesta en vigencia se resellaron los billetes de 100,

500, 1000, 5000, 10000 pesos moneda nacional, transformándolos en 1, 5, 10, 50, 100 pesos ley.

-En el ovalo blanco donde se encontraba la marca de agua, se imprimió en color negro el valor en numero, el nombre de la moneda y el numero de ley; así quedo de esta manera grabado: **10 / PESOS / LEY 18.188**



-Algo a tener en cuenta, el modelo de billetes de diferentes tamaños, es una modalidad copiada de las emisiones europeas. Con el advenimiento de las nuevas emisiones esta modalidad cambia y son los billetes todos del mismo tamaño, copiando el sistema norteamericano de emisión de papel moneda.

-De esta manera argentina no volvería a modificar el sistema de tamaños de billetes en las series sucesivas.

Marca de Agua

-Una filigrana o marca al agua es una imagen formada por diferencia de espesores en una hoja de papel. El estampado de la imagen se hace en el momento en el que se está fabricando el papel.

-Se utiliza para evitar la falsificación de los billetes o documentos, también para mostrar la autenticidad del origen de algún papel o impreso, como adorno o diferenciación entre diferentes fábricas de papel.

-Para observar el filigrana es necesario colocar el papel a trasluz. Durante la época de la elaboración tradicional del papel, estas marcas, representadas por símbolos, iconos, escudos o logotipos, distinguían entre sí a los fabricantes. En los billetes de todo el mundo la marca de agua fue muy usada e inclusive hasta el día de hoy se sigue usando.

En la serie de pesos emitida por la caja de conversión, fue la primera vez que se introducía una marca de agua con la figura del General San Martín.



**Filigrana
usado en la
serie Caja de
Conversión y
Progreso**

Serie “Peso Ley 18.188”

El Peso Ley 18.188 (Símbolo: \$Ley) fue la moneda vigente en la Argentina en el período 1970 - 1983, popularmente conocida como peso ley. Cada peso ley equivalía a 100 m\$N (Peso Moneda Nacional). El cambio fue decidido a causa de que las cantidades usuales de dinero que se manejaban no entraban en las máquinas de calcular de la época. El peso ley, que entró en circulación como tal en 1970, sufrió una elevada inflación, sobre todo a partir de 1975, y en 1982. En ese año se llegó a emitir un billete de \$ 1.000.000.

La nueva línea monetaria se caracterizó por unificar el tamaño de los billetes 75 x 155 mm y por la inclusión de diferentes vistas de paisajes y sitios turísticos argentinos en su reverso. Los valores 1, 5 y 10 poseían el rostro del General Manuel Belgrano y con un rostro que deja ver la vejez el General San Martín, su imagen fue extraída de una fotografía realizada en 1848 en París con el sistema de daguerrotipo (que ya hemos mencionado), aparecía en los valores 50, 100, 500, 1000, 5000, 10000, 50000, 100000, 500000, 1000000 pesos ley.

Anv. San Martín anciano



50 pesos - Ley 18.188 - 155 x 75 mm - Rev. Termas de Reyes, Jujuy



100 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. Ushuaia, Tierra del Fuego



500 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. Cerro de la Gloria, Mendoza



1000 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. Plaza de Mayo, Buenos Aires



5000 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. Mar del Plata, Buenos Aires



10000 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. El Palmar, Colón, Entre Ríos



50000 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. Banco Central, Buenos Aires



100000 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. Casa de la Moneda, Buenos Aires



500000 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. Fundación de la Ciudad de Buenos Aires



1000000 pesos - Ley 18.188- 155 x 75 mm - Rev. 25 de mayo de 1810

Serie “Peso Argentino”

El Peso Argentino (símbolo: \$a) fue la moneda vigente en la Argentina en el período 1983 - 1985. La nueva reforma monetaria fue sancionada en 1983 con la Ley 22.077, también durante la dictadura militar por la devaluación de la moneda, que creaba un nuevo signo monetario, suprimiendo cuatro guarismos al Peso Ley 18.188. El Peso Argentino entró en vigencia el 1° de junio de 1983. Cada Peso Argentino equivalía a 10.000 \$ (Peso Ley 18.188). A diferencia del anterior cambio de moneda, esta vez no hubo resellado de billetes -Para esta nueva serie se rediseñaron los billetes y aquí el rostro se mantendría de la anterior serie así también como el tamaño, el General San Martín aparecería en los billetes de 1, 5, 10, 50, 100, 500 y 1000 pesos argentinos. Los reversos de estos mostraban paisaje, monumentos y escenas históricas de la República Argentina.

Estos valores al cambiar al austral se resellarían y el valor de 1000 pesos argentinos se lo remarcaría para revalorizarlo a 1 austral.

Anv. San Martín anciano



1 peso argentino - 155 x 75 mm - Rev. Llao Llao, Bariloche, Argentina



5 pesos argentino - 155 x 75 mm - Rev. Monumento a la Bandera, Rosario, Santa Fé



10 pesos argentino - 155 x 75 mm - Rev. Cataratas del Iguazú, Posadas, Misiones



50 peso argentino - 155 x 75 mm - Rev. Termas de Reyes, Jujuy



1 peso argentino - 155 x 75 mm - Rev. Ushuaia, Tierra del Fuego



500 pesos argentino - 155 x 75 mm - Rev. 22 mayo de 1810



1000 peso argentino - 155 x 75 mm - Anv. San Martín anciano - Rev. El paso de los Andes

Serie “Austral”

El Austral se convirtió en moneda de curso legal de la República Argentina el 14 de junio de 1985, cuando el entonces presidente Raúl Alfonsín firmó el decreto 1096, anunciando un nuevo plan económico (llamado Plan Austral) para contener una inflación. Su símbolo era una “A” con el detalle de que la línea horizontal era doble (analogía de \$). El plan incluyó la creación de una nueva moneda, equivalente a 1.000 \$a (Peso Argentino). Hacia 1986 comenzó a desvalorizarse con respecto al dólar, se llegó a depreciar un 5.000% anual con respecto al dólar hacia 1989. En 1992 fue reemplazado por una nueva unidad monetaria, el Peso Convertible, a razón de 10.000 australes por peso.

Los billetes mantuvieron el tamaño uniforme del papel y llevaban los retratos de los presidentes argentinos desde Bernardino Rivadavia de 1826 en adelante, siguiendo la secuencia cronológica de los presidentes en cada valor del billete. En la primera serie de 1, 5, 10, 50 y 100 Australes desaparece nuestro prócer, pero a medida que la inflación fue avanzando, se empezaron a emitir valores muchos más grandes y allí vuelve a aparecer en los billetes de 10000 pesos resellado a 10000 australes, 50000 pesos resellado a 0000 australes, 500000 pesos resellado a 500000 australes.



*Filigrana usados
en la serie Pesos
Argentinos en
valores de 1000,
5000 y 10000*



Resello, 1mil pesos argentino a 1 austral - 155 x 75 mm - Rev. El paso de los Andes



Resello, 10mil pesos a 10mil australes - 155 x 75 mm - Rev. Orlas decorativas y escudo nacional



Resello, 50mil pesos a 50mil australes - 155 x 75 mm - Rev. Orlas decorativas y escudo nacional



Resello, 500mil pesos a 500mil australes - 155 x 75 mm - Rev. Orlas decorativas y escudo nacional

Serie “Peso Convertible”

El Decreto del Poder Ejecutivo N° 2.128 del 10 de octubre de 1991 dispuso la puesta en vigencia, a partir del 1 de enero de 1992, de la LÍNEA PESO. En un contexto económico de hiperinflación de los precios. El presidente Carlos S. Menem promulgó la Ley de Convertibilidad N° 23.928 (27 de mar-

zo de 1991), por la que se estableció una equivalencia de la nueva unidad monetaria denominada “Peso Convertible”, con 10.000 australes de la línea anterior.

Se estableció una paridad de un peso (\$1) equivalente a diez mil australes (A 10.000). El peso era convertible con el dólar de los Estados Unidos, a una relación un peso (\$1) por cada dólar. Los billetes emitidos en esa oportunidad llevaban la leyenda “convertibles de curso legal”.

El tamaño 65 x 155 mm, estos billetes se ilustraron incluyendo los retratos de personalidades históricas argentinas del siglo XIX y con escenas históricas o edificios vinculados a los protagonistas retratados en cada ejemplar de papel moneda, en el billete con valor de 5 pesos encontramos al General San Martín y esta serie tendrá 2 emisiones una en 1992 y otra puesta en circulación en 1997 ya con un nuevo diseño y la particularidad de que unas series cuentan con la leyenda “Convertibles de curso legal” aquellos que se equiparaban con el dólar y sin ellas los que ya no eran convertibles a la moneda estadounidense.

Primer diseño Pesos Convertibles



5 pesos convertibles - 155 x 65 mm - Anv. San Martín con uniforme - Rev. Cerro de la Gloria, Mendoza



Para la realización del billete de 5 pesos convertibles se utilizó para diseñar el anverso al rostro del general San Martín extraído de la pintura llamada “El cuadro de la bandera”.

El General San Martín Y El Cuadro De La Bandera

Por Pablo C. Ducros Hicken

Para quienes tratan de identificar la imagen física del general San Martín, el desconcierto aumenta a medida que se estudia el conjunto de retratos que componen su iconografía.

Han sido más elocuentes y coincidentes los hombres de letras en sus relatos biográficos que los artistas dibujantes y pintores.

De la decena de obras pictóricas que se decían “fielmente ejecutadas” solo dos o tres pueden acreditarse como de parecido aproximado, ocasionando el resto una perplejidad tal que desalienta al más paciente de los investigadores.

Los dos retratos más aceptables son el llamado de “la bandera” y la litografía de Juan Bautista Madou, que lo representa en traje militar, pero, he aquí que esta última no guarda tampoco semejanza con la otra estampa que le dibujó el mismo artista en la misma época.

Entre el óleo y la litografía citados existe una gran concordancia, no manteniendo estas dos obras ninguna relación con las demás pinturas hechas en

Chile y Perú. Autorizadas en cierto modo por el modelo, ambas imágenes han merecido de la posteridad su difusión en todo género de reproducciones.

El cuadro de la bandera está sin firmar ni fechar. De él poco sabemos (1). Apenas una carta de la nieta del Libertador al general Bartolomé Mitre, con fecha 4 de septiembre de 1886, expresa que “era el mejor de todos y que mi madre prefería por su semejanza, la energía y viveza característica de su mirada así como por su mérito artístico.” En cuanto a la fecha de realización, ella escribe al entonces director del Museo Histórico, doctor Adolfo P. Carranza, que cree que es de 1827”, recuerdo por lo visto vacilante y que lo había recogido de su madre un cuarto de siglo atrás, pues doña Mercedes había fallecido en 1875.

Pese a la falta de datos precisos podemos ubicar al cuadro en una época anterior e inmediata a la litografía de Madou, de militar, que la sabemos de 1828. Con respecto a la otra estampa, ella parece ser el verdadero retrato de San Martín, tal como era en 1828, es decir, va de acuerdo con la descripción de Manuel de Olazábal, quien al encontrarlo en las balizas de Buenos Aires, dice: “El general había encanecido, pero sus ojos se conservaban centellantes. Vestía un levitón de zaraza” ... Obsérvese la litografía vestido de civil y dada la semejanza entre la descripción literaria y la estampa, puede aceptarse que este retrato fue dibujado poco antes o poco después de su último viaje al Plata. Representa ahí sus cincuenta años bien cumplidos y definitivos.

En cuanto a la estampa de militar ella fue preparada para tomar ubicación en el libro “Memorias” del General Miller (1829) y para eso fue necesario adaptarla al formato requerido por el impresor y a un semblante que lo retro llevara al aspecto que presentaba en toda su apoteótica plenitud.



San Martín opina que se ve allí más viejo, posiblemente al compararlo con el óleo de la bandera que ya estaba hecho, encontrándose más grueso y de mayor edad.

En cuanto al óleo de la bandera la actitud un tanto alegórica no sugiere una iniciativa de San Martín, sino más bien un cuadro terminado en forma sorpresiva para él, aunque basado en un estudio del natural, previamente realizado e inspirado sobre todo en la iconografía napoleónica. La fisonomía la juzgamos acertada, pero ha sufrido los inconvenientes que implica el rejuvenecer a un modelo en diez años por lo menos. La técnica corresponde a la pintura militar de su época. Junto al artista estuvo el uniforme blanco de Protector de Perú de donde se le copiaron los entorchados, charreteras y demás accesorios, cambiándole el corte de la casaca por uno más a tono con su gusto.

Preocupa la ausencia de la firma y la fecha. ¡Cómo no iba a vincularse a esta pintura su autor conociendo la importancia del modelo! ¡Cómo no iba a pedírsela el mismo San Martín quienquiera que fuera el autor! La falta de rúbrica nos lleva a pensar que el cuadro pudo ser de mayor tamaño y por cualquier causa; digamos una avería irreparable, fuera encuadrado en un bastidor más pequeño, perdiéndose así el nombre del pintor.

Mucho resta por aclarar en el retrato capital del Libertador, pero el secreto que guardan estas tres imágenes sanmartinianas (y alguna más), podrá ser dilucidado sólo en Bruselas en una compulsión con la obra artística de la época y en los archivos históricos y salones de pintura. Viene a complicar más aun el análisis del cuadro, la existencia de otro cuadro de la bandera, idéntico al conocido, y que nos hallamos tratando de ubicar. Fue subastado hará cosa de doce o quince años en el Banco Municipal de Préstamos, como procedente de la colección de cuadros del Club Progreso, sin saberse que provenía del pincel de doña Mercedes San Martín de Balcarce.

El historiador doctor Ernesto Quesada dejó consignado en su folleto “Las Reliquias de San Martín” la presencia de dicha copia en el antiguo Club del Progreso, cuadro que fue visto hasta mucho después por algunos socios que siempre lo recuerdan. No es fácil saber cómo llegó este retrato hasta el club.

El folleto del doctor Quesada fue editado en 1900. La nieta de San Martín, doña Josefa Balcarce de Gutiérrez Estrada, al escribirle al director del Museo Histórico Nacional, doctor Adolfo P. Carranza el 30 de mayo de 1899

le refiere de una copia que su madre había realizado del óleo de la bandera años atrás con destino a una institución de Buenos Aires, no recordando si se trataba de una biblioteca o de un museo. Es menester considerar que estos recuerdos de doña Pepita se remontan a treinta o cuarenta años atrás.

Por su parte Quesada da como ubicado al óleo en el Club del Progreso ya en el año 1900.

Cuando el club debió trasladarse al nuevo local, apremiado por dificultades financieras, envió al Banco Municipal algunas obras de arte entre las que se encontraba la dicha copia del cuadro. Esta iba a ser subastada con doscientos pesos como base.

Mientras se exhibían estos óleos en las vidrieras del Banco un grupo de caballeros, entre los que se encontraba el extinto hombre de negocios, don Ricardo Staudt, examinaba las pinturas y en especial la copia del cuadro alegórico. El señor Staudt prometió a sus amigos que la adquiriría, sin saberse aun que hubiera sido pintada por la hija de San Martín.

Algunos años más tarde, conocido el origen de este cuadro, se trató de hablar con Ricardo Staudt, pero éste ya había fallecido y sus familiares no pudieron suministrar ninguna información al respecto.

Se llegó hasta suponer que don Ricardo hubiera hecho donación del cuadro a la Cultural Germano-Argentina, pero como los bienes de la institución fueron a pasar a manos de la Dirección de Vigilancia de la Propiedad Enemiga, el rastro quedó definitivamente perdido. Sería de sumo interés que quien se crea poseedor de este óleo se identifique a fin de poder estudiar debidamente la pintura y reconocerla como copia hecha por la hija de San Martín.

Si ambas copias son idénticas, y se encuentran sin firmar, puede existir una extraordinaria posibilidad y es la de que Mercedes haya remitido a esa biblioteca o museo a que se refiere doña Josefa, el original quedándose con la copia, pieza que también vendría a Buenos Aires a fin de siglo con las demás reliquias del prócer.

Dada la inexistencia de otros datos complementarios pueden sobrevenir las hipótesis más caprichosas y desconcertantes, y a medida que el tiempo transcurre, perdidas muchas fuentes informativas, las posibilidades de aclarar el proceso de una iniciativa van debilitándose y entorpeciendo la cronología y el estudio de la apasionante iconografía de San Martín.



Segundo diseño Pesos Convertibles con leyenda “Convertibles de Curso Legal”
5 pesos convertibles - 155 x 65 mm - Anv. San Martín con uniforme - Rev. Cerro de la Gloria, Mendoza



Segundo diseño Pesos Convertibles sin leyenda “Convertibles de Curso Legal”
5 pesos convertibles - 155 x 65 mm - Anv. San Martín con uniforme - Rev. Cerro de la Gloria, Mendoza



Filigrana usado en la serie “Pesos convertibles 2do diseño” La serie “1er diseño”, no contenía un filigrana con el rostro del general

Serie “Tenemos Patria”

La serie “Tenemos Patria”, impulsada durante la presidencia de Cristina Fernández, contó con una nueva familia de billetes argentinos llamada “Tenemos Patria” que representó el relato de los más de 200 años de historia, a través de hechos y personajes.

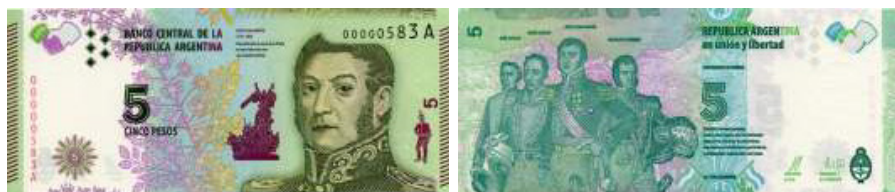
-El billete de 5 pesos denominado “San Martín. El sueño de la Patria Grande, según Casa de Moneda, posee en su reverso a la efigie de San Martín en ese billete está diseñada sobre la base de una litografía original, realizada



Escultura conmemorando el Cruce de los Andes Cerro de la Gloria, Mendoza

por el grabador Francés Charles Madou, que fue el primer retrato de San Martín impreso en un libro: la biografía escrita por su edecán. Curiosamente este dibujo fue burlado en las redes sociales porque presentaba una imagen de San Martín “rara”, “graciosa”, “afeminada”. El apretón de manos en el motivo de registro perfecto simboliza el encuentro de José de San Martín.

-En su reverso podemos observar al General junto a los Libertadores de América, Simón Bolívar, Gervasio Artigas y Bernardo O’Higgins, que nos recuerdan que las Guerras de la Independencia fueron un proceso continental, logrado gracias al trabajo mancomunado y solidario de los líderes de los diferentes ejércitos.



*5 pesos “Tenemos Patria” - 155 x 65 mm – Anv. San Martín con uniforme
Rev. de izquierda a derecha “José Gervasio Artigas”, “Simón Bolívar”, “José de San Martín”,
“Bernardo O’Higgins”*

Escultura conmemorando el Cruce de los Andes Cerro de la Gloria, Mendoza



Filigrana usada en la serie "Tenemos Patria"

Monumento Al Cruce De Los Andes

-Fue inaugurado el 12 de febrero de 1914, en el 97.º aniversario de la batalla de Chacabuco. Se emplazó en su cima el Monumento al Ejército de Los Andes en conmemoración del centenario del Cruce de los Andes por el Ejército de Los Andes al mando del general José de San Martín para liberar Chile y Perú y asegurar la independencia de las Provincias Unidas del Río de la Plata.

-El monumento es una obra del escultor uruguayo Juan Manuel Ferrari, de un concepto original de dos maquetas que para la propuesta final fusionó en uno (con la colaboración Francisco

Moreno, integrante de la comisión nacional dispuesta para la elección final). Consta de una base de rocas de varias toneladas, y de unas grandes esculturas en bronce que se realizaron en Buenos Aires.



Juan Manuel Ferrari - Escultor - Uruguay

Juan Bautista Cabral

-Juan Bautista Cabral (Saladas, Corrientes, ca. 1789 – San Lorenzo, 3 de febrero de 1813) fue un soldado argentino, de origen zambo, perteneciente al Regimiento de Granaderos a Caballo, que murió tras el Combate de San Lorenzo al socorrer al entonces coronel José de San Martín cuyo caballo había caído durante el combate. La providencial acción de Cabral en el bautismo de fuego de las fuerzas argentinas figura de manera conspicua en la iconografía patriótica.



Escena del Combate de San Lorenzo

Serie “Animales Autóctonos”



-La nueva línea, de 2016, quitó a todas las figuras humanas en los billetes reemplazados por animales representativos del país y sobre todo la creciente inflación hizo que el primero en quedar en el trayecto fuera el billete de 1 peso, con Carlos Pellegrini. Seguido por Mitre, con el de 2 y nuestro gran general San Martín

con los 5 pesos.

-Después de casi un siglo de presencia comenzará de esta manera, una inédita etapa sin la presencia del General San Martín.

-Quizás, si llegase a regresar, al igual que muchas veces antes, podría ser más por los efectos de la inflación y la devaluación del peso que por la veneración a su persona y no es que sea mala onda, sino que tan solo basta con mirar a nuestra historia económica para darse cuenta.

CHILE

Es bien conocida la incidencia del General en el vecino país, pero este no aparece como figura preponderante en los billetes de circulación, ni de los actuales ni los antiguos, pero podemos encontrar algunas referencias al General, en el reverso de algunos de estos.

Un Poquito de Historia

La campaña libertadora del General San Martín pretendía sacar a los realistas de América, para eso Güemes y sus infernales debía contener y repeler las invasiones realistas que se intentaban por el norte, más precisamente Salta y Jujuy; mientras tanto El General armaría un ejército en Mendoza y buscaría cruzar Los Andes, vencer los realistas proclamar la libertad y haciendo base en Chile construir una flota que embarcaría a Perú para allí hacerles frente a los realistas para luego crear un gobierno patrio.

Este plan se cumplió con algunas contingencias, pero con un éxito rotundo.

Luego de la epopeya del “Cruce de los Andes” se establece en Chile donde Junto a O’Higgins preparan una escuadra que llevaría a al ejército patriota por mar a Perú, se denominaría, “Expedición Libertadora del Perú”.

La Expedición Libertadora del Perú fue una fuerza militar anfibia, naval y terrestre creada en 1820 por el gobierno de Chile, con la misión de independizar al Perú del Imperio español y consolidar tanto su soberanía como la de las Provincias Unidas del Río de la Plata - actual Argentina. Para llevarlo a cabo, el 5 de febrero de 1819 fue firmado un tratado entre Chile y las Provincias Unidas. La fuerza expedicionaria fue organizada por el gobierno de Chile y los costos debían ser reintegrados por el futuro gobierno independiente

del Perú. Bernardo O'Higgins, como director supremo de Chile, nombró al general rioplatense José de San Martín jefe del ejército de Chile y al marino escocés Thomas Cochrane comandante de la flota naval.

De esta forma, el «Ejército Libertador del Perú», denominado así por decreto supremo del Congreso de Chile, el 19 de mayo de 1820, era el Ejército Libertador de Chile, una fuerza combinada de unidades del Ejército de Chile junto con las del Ejército de los Andes.

En los billetes del vecino país no encontramos su busto pero si podemos observar algunas escenas que hacen referencia a la obra del General San Martín en esos lares.



1940/48 – 10.000 pesos – Abrazo entre el General San Martín y Bernardo O'Higgins en el encuentro de ambos ejércitos. Óleo por fray Pedro Subercaseaux - 18 x 8,5 mm



**Con Resello o Sobrecarga de 10 Escudos - Óleo por fray Pedro Subercaseaux
1960/60 – 10.000 pesos – Abrazo entre el General San Martín y Bernardo O'Higgins en el encuentro de ambos ejércitos. - 18 x 8,5 mm**



1962/70 - 10 escudos – Abrazo entre el General San Martín y Bernardo O'Higgins en el encuentro de ambos ejércitos. Óleo por fray Pedro Subercaseaux - 178 X 83 mm



1967/76 - 10 escudos – Abrazo entre el General San Martín y Bernardo O'Higgins en el encuentro de ambos ejércitos. Óleo por fray Pedro Subercaseaux - 145 X 70 mm



1970 - 10 escudos – Abrazo entre el General San Martín y Bernardo O'Higgins en el encuentro de ambos ejércitos. Óleo por fray Pedro Subercaseaux - 145 X 70 mm



1975/81 - 50 pesos - Escuadra Libertadora (navío San Martín, fragatas O'Higgins y Lautaro y otros buques menores). Óleo por Thomas Somerscales

El Abrazó de Maipú

-Se conoce como Abrazo de Maipú al abrazo que se dieron los generales Bernardo O'Higgins y José de San Martín bajo el alero de la Virgen del Carmen y que selló la Independencia de Chile.



Título de la obra: El abrazo de Maipú

Autor: Pedro Subercaseaux

Técnica: Óleo sobre tela.

Tamaño: Alto 200 cm, Ancho 261cm

Lugar de ejecución: Chile

Fecha de ejecución: 1908

PERÚ

-El plan continental llega a su última parada y el éxito está asegurado; en 1821 con Lima libre de realistas y nombrado “Protector del Perú”, en esta nueva etapa de su extensa carrera el general se encuentra obligado a tomar decisiones para encaminar la vida política, educacional y política de la nueva nación.

Los Billetes Emitidos Por San Martín

-José de San Martín es conocido como una de las personas más importantes en la historia de la independización en Sud América. Lo que tal vez no se conozca tanto en otros países que no sea en el Perú, es su papel en las primeras iniciativas de crear nuevos instrumentos de pago. Siendo Protector del Perú en los años 1821 a 1823 fue San Martín quien anunció la declaración de la Independencia definitiva el 28 de julio de 1821. En diciembre del mismo año, debido a la escasez de dinero y las necesidades del nuevo gobierno de cumplir con sus obligaciones financieras, en la intención de estimular la economía, el nuevo gobierno de San Martín estableció el “Banco Auxiliar de Papel Moneda” que en 1822 emitió tres billetes denominados en Dos Reales, Cuatro Reales y Un Peso (8 Reales).

-En agosto del 1822 se ordena retirar los billetes de papel moneda; para amortizarlo se propuso entregar vales, pero esta medida fracasó, y solo el Marqués Torres Tagle finalmente lo cambió por monedas de cobre.



Billetes de 2 reales



Billete de 4 reales

En el anverso se aprecia el año (1822) y el valor para el reverso se usaban cartulinas con letras capitales muy similares a la que ocupaban los estudiantes universitarios en esos años



La mala calidad del papel con el que se confeccionaron, la fácil falsificación y la falta de costumbre de la gente a poseer papel moneda, hicieron que estos billetes no tuvieran aceptación y debieran reemplazarse.



Rarísima Prueba



Prueba no aceptada

Extracto de la nota de: Richard Cacchiione Amendola



Después de la emisión de los tres billetes con San Martín en 1822, el Perú tuvo que esperar hasta 1863 por la aparición de las próximas emisiones de moneda de papel por el Banco La Providencia y después por otros 13, bancos privados.

En 1914 un consorcio de bancos que respaldaron los nuevos billetes llamados Cheques Circulares pidió a la American Bank Note Company de New York unos diseños para los nuevos billetes. Llegaron dos series de cuatro billetes cada una de Media, Una, Cinco y Diez Libras Peruanas de Oro. Es la segunda serie que fue seleccionada que tenía escenas pastorales y alegóricas para las viñetas principales en los anversos. Pero lo que es importante para este relato es la primera serie que no fue aceptada. La prueba para el Cheque Circular de Cinco Libras Peruanas de Oro tiene la imagen de José de San Martín. Si esa serie hubiese sido aceptada, hubiera sido San Martín en ser el primer Prócer y persona nacida en otro país para aparecer en un billete peruano.

A pesar de que el General San Martín es sumamente venerado en el Perú, nunca un billete ni moneda ha llevado su figura.

El Billeto Publicitario Que Todos Quieren

Seguramente muchos habrán visto este diseño y mas de uno saco a relucir su opinión diciendo que en otros países esta el general y en Argentina lo sacaron, bueno la verdad es esta.

El año pasado, ADÑ, la asociación de empresas de diseño del Perú, elaboró tres propuestas de logotipos por el bicentenario de la independencia de ese país, que será el 28 de julio de 2021. El diseño que ADÑ eligió como propuesta incluye al argentino José de San Martín, que aunque venerado en el Perú, jamás formo parte de un billete.

Claudia Boggio, titular de ADÑ, dijo en El Comercio que, las propuestas fueron hechas sin cargo, *“con la mejor voluntad”*. *«Lamentablemente sabemos de forma extraoficial que las propuestas no se tomarán en cuenta por el Ministerio de Cultura. La elección de la identidad visual se hará por concurso público. Nosotros hemos decidido no participar en él porque no estamos de acuerdo con que se haga de esa manera. Pensamos que profesionales del diseño deberían estar detrás de este trabajo de tanta trascendencia e incluso difusión internacional. La identidad visual de un hecho así requiere oficio. Si*

el Estado no desea utilizar las propuestas, igual queremos mostrar al mundo la visión que tiene ADÑ de cómo queremos ser representados”.



Billetes de Fantasía en conmemoración al Bicentenario del Perú



En el año 1821, el general don José de San Martín pronunciaría las siguientes palabras: El Perú es desde este momento libre e independiente por la voluntad general de los pueblos y por la justicia de su causa que Dios defiende ¡Viva la patria!

¡ Viva la libertad ! ¡ Viva la independencia!, proclamando desde cuatro distintas plazas de la capital la Proclamación de la independencia del Perú.

Este importante momento para la naciente República del Perú fue inmortalizado por el artista Juan B. Lepiani en un óleo sobre lienzo en el año

1904. Debido a la dificultad que tenía Lepiani para realizar retratos debido a la poca documentación con la que contaba, resolvió pintar los personajes dando la espalda, aunque manteniendo ciertos rasgos que hacen reconocer a los protagonistas de la proclamación de la independencia acontecida un sábado 28 de julio del año 1821. La escena transcurre en balcón del cabildo de Lima. En el centro se reconoce a José de San Martín, sosteniendo con la mano izquierda la bandera peruana. A su alrededor se encuentran las distintas autoridades políticas, militares y religiosas que acudieron al acto, y en la explanada el pueblo limeño escuchando las palabras de San Martín.

Esta icónica pintura junto al rostro del general, fue utilizada para crear diferentes billetes de fantasía, hechos para coleccionista y para todas aquellas personas que deseen tener un souvenir que recuerde a los heroes que gestaron la independencia peruana.



Propuesta creada por el Sr. Julio Tejada Montea Perú



Propuesta creada por el Sr. Cesar Corrales Lopez Perú



San Martín ¿En Un Billeto Italiano?

Londres, Inglaterra e Italia, 20 liras, este billete es tan solo un diseño publicitario de prueba, impresos entre 1860 y 1870, diseñado para parecerse a un billete italiano, parcialmente en italiano y parcialmente en inglés, unifaz, ¿los responsables? la Bradbury Wilkinson & sons, quienes fueron los que proveían a “El Banco de Londres y Río de La Plata”, artífices del primer billete con el rostro del General San Martín.



Bocetos Recuperados

Nadie sabe cuándo y cómo 28 bocetos de billetes originales, hechos a mano, fueron robados del Museo Histórico y Numismático Héctor Carlos Janson, del Banco Central de la República Argentina (BCRA). Su desaparición se descubrió en enero de 2018 cuando se conoció el anuncio de que parte de las piezas que debían estar a resguardo en Buenos Aires iban a ser subastadas en Londres. Después de tres años y ocho meses de una investigación de especialistas de la Policía Federal Argentina (PFA) y del FBI de los Estados

Unidos, fueron hallados en Nueva York ocho de los artículos de colección sustraídos en el país en una fecha incierta.

-Los ocho bocetos de billetes argentinos recuperados estaban en poder de un coleccionista, que afirmó haberlos comprado de buena fe, sin saber que habían sido robados de un museo en la Argentina, según informaron a LA NACION fuentes de la PFA. “Se pudo determinar que algunas de las piezas buscadas se encontraban en poder de un ciudadano norteamericano, uno de los mayores coleccionistas de billetes argentinos, quien incluso había escrito diferentes obras referentes a la temática”, explicó la PFA en un comunicado de prensa.

Nota: La Nación, por Gabriel Di Nicola



Diseños Descartados

Los diseños no adoptados de billetes del Banco de la República de Argentina en la década de los 50, vendidos hace poco en una subasta en New York. Los bocetos originales no tienen firmas del artista, pero hay un copyright de TDL pegado en los marcos. Los Acuarelas fueron montados originalmente en cartones gruesos, hechos a lápiz y pincel.

En el reverso del cartón indica que los bocetos fueron hechos por “Charles Meronti” de la imprenta Thomas de la Rue en la década de los 50.

En caso de estar interesados por tener estos billetes, en el mercado existen facsimiles de muy buena calidad que se pueden adquirir por unos pocos pesos



1 Peso

Leyes No 12. 962 Y 13. 571.

Anv. General José de San Martín.

Rev. Fundación de Buenos Aires

Medida: 148 x 75 mm



5 Pesos

Leyes No 12. 962 Y 13. 571.

Anv. General José de San Martín.

Fundación de Buenos Aires

Medida: 156 x 78 mm



10 Pesos

Leyes No 12. 962 Y 13. 571.

Anv. General José de San Martín.

Rev. Fundación de Buenos Aires

Medida: 160 x 80 mm



50 Pesos

Leyes No 12. 962 Y 13. 571.

Anv. General José de San Martín.

Rev. Zarpe de escuadra libertadora

Medida: 167 x 83 mm



100 Pesos
Leyes No 12. 962 Y 13. 571.
Anv. General José de San
Martín.
Rev. Ejercito de los Andes.
Medida: 174 x 86 mm

Así culmina un pequeño repaso notafílico de la mano del General San Martín, un personaje de la historia que marco

a fuego los sucesos ocurridos en el siglo XIX en Sudamérica, no solo llevando la libertad a los países de Argentina,

Chile y Perú, sino que gestando hechos que quedarían en la historia militar, como el cruce de los Andes.

-Este trabajo de investigación fue realizado por Javier "Tux" Pons para NNF aprendiendo a coleccionar.

-Este material es de libre distribución, solo requiere nombrar la procedencia.

Para su elaboración se usó la siguiente bibliografía:

El mundo en billetes - <https://gusmza.wixsite.com/>

Wikipedia - <http://wikipedia.org>

<https://www.acsearch.info/>

<http://www.filacor.com>

Peruvian Bank Notes - <http://www.peruvianbanknotes.com>

Billetes del Mundo - <https://www.billetesdelmundo.org/>

Billetes del Mundo - <https://monedanacional.blogspot.com/>

Billetes Argentinos - <http://www.billetesargentinos.com.ar>

Catálogo, "Billetes de la República Argentina (1890-2001)" Roberto A. Bottero

Catálogo, "Papel Moneda de Argentina, Una ventana hacia la historia, 1816-1899"

Robert J. Bauman

Catálogo, "Billetes Argentinos 1884 - 2016" Eduardo Colantonio

Banco Central de la República Argentina - www.bcra.gov.ar



TOUR DE PORTUGAL EM FICHAS MONETÁRIAS

Tour of Portugal in currency tokens

Luís Salgado*

RESUMO

Proponho uma viagem ao longo de Portugal por intermédio das suas fichas monetárias como modo de apresentar a sua diversidade e valor histórico. Pelo caminho descobriremos as estórias por trás destas peças e o contexto social em que foram usadas, mostrando a riqueza desta vertente numismática.

Palavras-chave: Fichas monetárias, moedas particulares, tesserologia, Portugal

ABSTRACT

I propose a trip around Portugal through its currency tokens as a way to explore its diversity and historical importance. Along the way, we explore the stories behind these pieces and the social context in which they were used, showing the richness of this numismatic branch.

Key words: currency tokens, private coinage, Portugal

TOUR  de Portugal
em fichas monetárias

*Numismata, coordenador do projeto de Indexação de Fichas Portuguesas no fórum Numismatas.com, organizador do International Token Web Conference, escritor de artigos e investigador de longo curso da tesserologia portuguesa. E-mail: fichas.portuguesas@hotmail.com

valor associado, podendo ser trocadas por moeda corrente, bens ou serviços. Também a variedade de tipos e funções é notória para tão pequena nação. Neste tour, procuramos percorrer o território e mostrar um pouco da diversidade e riqueza do país no que toca a este ramo da numismática, ao mesmo tempo que levantamos o véu da história e contextos sociais de que estas fichas são testemunho.

Em Portugal continental, as épocas áureas da produção de fichas foram, sem dúvida, o final do séc. XIX e as duas décadas após a implantação da República em 1910. Em ambas estas épocas, a escassez de metal, especialmente o cobre desviado para o armamento, motivou a falta de moedas de baixas denominações, o que levou as populações a tornarem-se criativas na emissão de alternativas sob a forma de senhas ou fichas. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a *Belle Époque* contagiou também os portugueses e verificou-se uma explosão na emissão de fichas de jogo, usadas em cafés, clubes e casinos.

Na ilha da Madeira, a emissão de fichas começou antes, ainda no séc. XVIII, por causa do distanciamento dos bancos centrais e do comércio com os barcos ingleses.

Paredes de Coura

Fábrica de Lacticínios de Miguel Dantas



Rev: assinatura: DANTAS

Material: Latão.

Valores: 1, 2 e 5 Litros.

Variantes na assinatura, ou com reverso completamente liso.

Anv: FABRICA DE LACTICINIOS DE MIGUEL DANTAS ✱ COURA; ao centro: <valor> LITRO(s) DE LEITE; FREIRE GR.

Começamos na ponta norte de Portugal. Não é das fichas mais bonitas, mas sem dúvida é significativa, quer pela função, quer pelos protagonistas.

A Fábrica de Lacticínios de Paredes de Coura, em Mantelães, foi implantada pelo Conselheiro Miguel Dantas em 1891 e considerada a primeira mecanizada do continente. Foi aqui que se produziu o primeiro queijo tipo

flamengo em Portugal, hoje tão comum. A moeda da fábrica era inicialmente em papel, mas mais tarde foi substituída por fichas que eram entregues aos produtores no ato da venda do leite. Os valores das fichas correspondiam aos litros de leite recolhido. No primeiro domingo de cada mês, as fichas eram apresentadas pelos produtores na fábrica, recebendo em moeda corrente o respetivo valor. As fichas eram tão bem aceites que circulavam também pelo comércio local, nos concelhos vizinhos em Valença e até do lado espanhol em Tui. À morte de Miguel Dantas em 1905, a fábrica seria herdada pela filha e pelo genro Bernardino Machado, futuro Presidente da República Portuguesa. Sabe-se que a fábrica se manteve em funcionamento pelo menos até à década de 1930.

A prática da emissão de fichas para pagamento aos fornecedores de leite, ou por vezes às senhoras que o carregavam em vasilhas na cabeça, viria a estender-se a muitos produtores de leite da região.

Pedras Salgadas

Casino de Pedras Salgadas



Material: Alumínio.

Valores: 200 e 500.

Variantes: anverso com monograma CPS em vez da imagem.

*Anv: PEDRAS SALGADAS * CASINO. Rev: <valor>*

Na viragem do século XX, as classes altas tinham o costume de passar temporadas de férias nas numerosas termas do país. Inevitavelmente, nesses locais surgiram clubes com restaurantes de alto nível, espetáculos, bailes e todos os serviços necessários aos temperamentos dos aristocratas e da burguesia abastada. Também inevitavelmente o jogo a dinheiro era uma componente essencial dos serões.

Em 1905, o casino das Termas de Pedras Salgadas já funcionava. Estava instalado inicialmente no Hotel do Norte e continha uma sala de jogos, salão de baile e concertos, e um ponto de reunião dos hóspedes de todos os hotéis das termas. Em 1910, três anos depois de a linha de comboio chegar

à localidade, recebeu o seu próprio edifício no Parque Termal, onde se ergue até hoje. Sabemos que em 1928 ainda funcionava e deveria ter encerrado pouco depois de acordo com a nova lei do jogo. No entanto, continuamos a ver referências ao Casino de Pedras Salgadas pelo menos até à década de 1940. É possível que tenha mantido o nome mas não o jogo, tal como hoje em dia, funcionando como sala de eventos e exposições.

As fichas seriam usadas nas mesas de jogo, que operavam os jogos habituais desde a roleta às cartas.

Guimarães

Serviço de Incêndios



*Material: Latão.
Valores: Água.*

Anv: SERVIÇO D'INCENDIOS • GUIMARÃES; AGUA. rev: SERVIÇO D'INCENDIOS • GUIMARÃES; 1895

Em Guimarães nasceu Portugal. Daqui partiu o Rei Afonso Henriques, primeiro de Portugal, na conquista do território aos mouros. Infelizmente não nasceram muitas fichas nesta cidade, mas as que existem são sem dúvida notáveis. Destas destacamos a ficha dos seus Serviços de Incêndios.

Os bombeiros portugueses foram abundantes emissores de fichas. Algumas especula-se terem sido usadas em cabines telefónicas para avisar o quartel em caso de incêndio. Na maior parte dos casos sabemos tratar-se de meios de pagamento, como sucede com a ficha do Serviço de Incêndios de Guimarães.

Após a extinção da Companhia de Bombeiros Municipais em 1893, o combate aos incêndios em Guimarães ficou exclusivamente nas mãos dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, fundados em 19 de março de 1877, pelo que terão sido estes a usar as presentes fichas.

Não existindo ainda camiões autotanques, os bombeiros tinham que re-

correr aos aguadeiros – vendedores de água que circulavam pelas ruas normalmente numa carroça com um barril grande, ou com um barril pequeno às costas. Após abastecer de água as bombas braçais dos bombeiros, os aguadeiros teriam de circular rapidamente para reabastecer na fonte mais próxima e repetir o procedimento até o fogo estar extinto. Na confusão dos incêndios seria complicado acertar pagamentos e trocos com os aguadeiros (conhecidos pelo seu temperamento explosivo), pelo que se recorria ao pagamento de uma ficha por cada barril entregue. O aguadeiro poderia posteriormente deslocar-se à tesouraria da Câmara Municipal (Prefeitura) para as trocar por dinheiro corrente.

Barcelos

Casa de Saúde de S. João de Deus



*Material: Latão / Alumínio (valor 5\$00 e superior).
Valores: 10, 20 e 50 centavos, 1\$00, 2\$50, 5\$00, 10\$00, 20\$00, 50\$00 100\$00.*

*Anv: C.S.S.J.D. * BARCELOS. rev: <valor>*

A nossa viagem leva-nos agora a Barcelos, terra do típico galo que se tornou símbolo de Portugal.

As fichas de apoio social foram vulgares no início do séc. XX, perante décadas de crise constante. Sempre num estilo austero, estas fichas de apoio assumiram variadas funções. Frequentemente eram vales oferecidos aos pobres para uma refeição numa cantina social, outras vezes eram usadas dentro das próprias caridades ou hospitais. A Casa de Saúde de S. João de Deus encontrou um uso, digamos, original.

A casa foi fundada em 1928 na Quinta da Castanheira, Barcelos, dedicando-se ao tratamento de enfermos do foro psiquiátrico, e ainda existe nos dias de hoje. Estas fichas tiveram circulação na década de 1940, sendo destinadas a gratificar os doentes internos que prestavam qualquer serviço. Julgava-se conveniente que os doentes não possuíssem moeda corrente,

mas por este modo oferecia-se a agradável sensação (ou ilusão) de liberdade económica.

Porto

Café Magestic



*Material: Alumínio.
Valores: 100, 200 e 500.*

Variantes: sem cruz de cristo no reverso, apenas de valor 100.

Anv: MAGESTIC CAFÉ • PORTO. Rev: <valor> sobreposto a cruz de Cristo

Na cidade do Porto, foram emitidas fichas em grande abundância, mais até do que na capital, e o destaque das fichas portuenses vai sem dúvida para os cafés. Os anos 1920 e 30 trouxeram uma vaga de cafés novos e esplendorosos, usualmente com os traços de *Arte Nova* que aflorava por todo o mundo. Juntaram às suas mesas os intelectuais, os mestres da cultura, desportistas e grêmios de comerciantes, e as discussões políticas proliferavam mesmo durante o longo período da ditadura. Quase todos os grandes cafés ofereciam também mesas de bilhar e/ou espaço para se jogar cartas ou dominós. Alguns acumulavam outros serviços, como por exemplo o Águia D'Ouro que incluía um teatro e uma pensão. A cultura dos estabelecimentos de café teve um impacto importantíssimo no Porto, que em grande medida duraria até aos dias de hoje, mesmo que sem a mesma opulência.

As fichas serviam em (pelo menos) alguns casos para pré-pagamento e assim eliminar a necessidade de os funcionários carregarem trocos ou cáírem em tentações. Em alguns cafés serviam como ficha de jogo (ou teriam ambos os usos), numa forma pouco dissimulada de contornar a proibição legal de jogar a dinheiro.

O Magestic foi inaugurado a 17 de dezembro de 1921, com o nome de “Elite”, situado no n.º 112 da Rua de Santa Catarina. O espaço era sumptuoso e associou-se de imediato à frequência das pessoas distintas da época,

como o piloto aviador Gago Coutinho (primeira travessia aérea do Atlântico Sul, entre Lisboa e Rio de Janeiro) que esteve presente na inauguração. No ano seguinte, o nome mudaria para Magestic (a ortografia acabaria por mudar para Majestic), sugerindo o *chic* parisiense e em 1925 é construído o pátio interior, com estilo regional onde se servia Vinho do Porto, inaugurando uma nova era da conhecida casa. Eram assíduos no Magestic muitos nomes maiores da literatura portuguesa. Mais tarde tornou-se lugar assíduo para os estudantes e professores da Escola de Belas Artes do Porto. A partir da década de 60, o café entrou em sucessiva degradação, mas foi recuperado em 1994, mantendo a sua traça *Art Deco* e a magnitude originais, voltando a assumir-se como um ícone da cidade e a integrar as listas de cafés mais bonitos do mundo.

Porto/Gaia

Ponte Pênsil e Ponte D. Luís I



Anv: PONTE PENSIL
- PORTO; imagem de
ponte

Rev: SENHA DE <va-
lor> REIS 1864

Material: Zinco.

Anv: PONTE D. LUIZ
Iº - PORTO; Imagem
da ponte. Rev: <valor>
CENTAVO - 1913
Material: Latão.

Variante: uma variante
mais antiga, de 1899,
mostra no reverso ape-
nas o valor 5 REIS, em
Zinco/Estanho.



À saída da cidade do Porto, não podíamos deixar de falar das fichas das pontes sobre o romântico rio Douro, debaixo das quais passavam os Barcos Rabelos carregados de barris de Vinho do Porto.

A Ponte Pênsil, oficialmente denominada Ponte D. Maria II, foi inaugurada em 1843 para substituir a Ponte das Barcas, que, como o nome popular indica, era uma estrutura instável suportada sobre barcas. Foi assim a primeira estrutura fixa e permanente a atravessar o rio. A sua vida foi breve, foi desmontada em 1887, mas a sua elegância permanece na memória da cidade, assim como alguns pilares e a casa da guarda. Para substituir a Ponte Pênsil, foi construída a Ponte D. Luís I, projetada por Théophile Seyrig, um discípulo de Gustave Eiffel e daí a estrutura em ferro semelhante à Torre Eiffel. Os dois tabuleiros foram inaugurados em 1886 e em 1887 e desde aí a ponte tornou-se um ícone e um símbolo da cidade do Porto.

Em ambos os casos as fichas tinham valor equivalente, 5 reis (moeda da monarquia, antes de 1910) têm o mesmo valor que ½ centavo (moeda da República), e tinham como função pagar a portagem para atravessar a ponte. No entanto as fichas da Ponte D. Luís I entraram em circulação dentro da cidade do Porto e arredores, sendo bem aceites como pagamento pelos comerciantes, tornando-se quase uma moeda privada local.

Se adicionarmos uma recente ficha de portagem da Ponte 25 de Abril em Lisboa, estas são as únicas fichas de portagem ou de pontes conhecidas em Portugal. A ficha da Ponte Pênsil, pela sua escassez e carisma, é atualmente a ficha portuguesa mais valiosa para os colecionadores.

Vila Nova de Gaia

Câmara Municipal de Gaia



Material: Porcelana.

Valores: 1, 2, 4 e 10.

Variantes: combinações de pasta branca/creme, vidrado/baço, nos pontos da sigla C.M.G., e com carimbos em forma de estrela ou com monograma EC.

*Anv: C.M.G. * CENTAVO(S); ao centro: <valor>. Rev: 1921 GAIA 1921; ao centro: rei Ramiro (lendário) a tocar buzina sobre coroa mural*

Com o perdão de alongarmos o nosso tour dentro da mesma região, não podemos deixar de falar de uma das fichas mais originais portuguesas.

Por volta de 1920, as Câmaras Municipais (Prefeituras) de todo o país tomaram a iniciativa de emitir cédulas não oficiais de baixo valor. Estas emissões eram completamente ilegais, no entanto toleradas pelo governo central pela necessidade de colmatar a extrema escassez de dinheiro miúdo. A moeda era cunhada em pequena quantidade por o metal ter sido usado no armamento da Primeira Guerra Mundial, mas também a alta inflação tornava o metal das moedas rapidamente mais valioso que o seu valor nominal, levando-as a ser derretidas. Foi neste contexto que a Câmara Municipal de Gaia, em vez de emitir cédulas em papel como todos os outros, teve a feliz ideia de cunhar moedas em porcelana fazendo uso da indústria local. Nasceu assim a célebre ficha de porcelana de Gaia.

A circulação das fichas foi notoriamente bem aceite pela população. Foram cunhadas em grande quantidade e pelo menos 26 variantes catalogadas, havendo mesmo relato de cópias/falsificações, o que provavelmente obrigou às emissões com carimbos. No entanto, o brilho destas fichas tão originais teve vida curta, pois logo no ano seguinte um despacho ministerial ordenou o fim destas emissões particulares e a sua recolha.

Espinho

Jardim do Teatro



Anv: JARDIM DO TEATRO; ESPINHO

Rev: <valor>

Material: Latão.

Valores: 50 centavos.

Espinho é uma cidade balnear e uma das primeiras a aproveitar todo o potencial dos casinos e das suas fichas de jogo. Mas antes do aparecimento dos casinos e dos cafés espampanantes em Portugal, as atividades de lazer eram centradas em jardins recheados com esplanadas e todas as atividades necessárias ao lazer da sociedade de bem. Frequente estes jardins emitiam as suas fichas próprias que serviriam de pré-pagamento para a restauração ou as suas várias diversões. Um exemplo extremo é o Jardim Passos Manuel no Porto, que ao longo das suas três décadas teve oito emissões diferentes

de vários valores.

O Jardim High-Life em Espinho era conhecido popularmente como Jardim do Teatro. No final do séc. XIX estava equipado com um coreto para bandas musicais, um campo de ténis e outro de patinagem, tinha o cinematógrafo “Cine Jardim Recreio”, uma roleta (conhecida como “pataqueira”) e uma casa de jogo. Há registo de em 1927 existir já um Casino do Jardim do Teatro composto por uma roleta (provavelmente a evolução da pataqueira original).

Tendo em conta o valor da ficha e o facto de ser em centavos, ela poderá ser desta última fase, sendo possível que ela servisse para o jogo.

Arouca

Companhia Mineira do Norte de Portugal



*Material: Baquelite.
Valores: 0.10, 0.20,
0.50, 1, 5 (escudos).
Variantes: cada valor
tem uma cor diferente;
os valores 1 e 5 estão
dentro de um losango.*

Anv: C.M.N.P. • AROUCA. Rev: <valor> CANTINA

Voltamos ao interior do país para conhecer as fichas de minas portuguesas.

Arouca é uma região montanhosa de muitas riquezas naturais, arqueológicas e geológicas, entre elas a existência do volfrâmio (uma variedade de tungsténio), um mineral que era usado nas lâmpadas incandescentes, mas também de grande valor para a indústria do armamento, para fortalecer o aço. Não é portanto de estranhar o alvoroço na região por ocasião da 2.ª Guerra Mundial, chegando a haver cerca de 40 concessões mineiras a explorar o que era conhecido como o ouro negro.

A Companhia Mineira do Norte de Portugal foi fundada em 1923 e, apesar do nome, estava entregue aos alemães. Tinha como principal exploração as minas de Regoufe de onde extraíam o desejado volfrâmio. Tal como num filme burlesco, literalmente do outro lado do vale, os ingleses escavavam em busca do mesmo mineral, nas minas de Rio de Frades. Ambos

coexistiam pacificamente e a população servia uns ou outros conforme o que pagasse mais. Por seu lado, os concessionários iam dotando as aldeias de estradas, postos médicos e de polícia, uma central elétrica e até de telefones.

Com o fim da guerra, as minas perderam o seu papel fulcral e acabariam por encerrar. No seu pico, em 1941, chegaram a trabalhar nestas minas 3000 pessoas. Restam hoje cerca de 20 ou 30 e as aldeias têm vindo a ser também elas abandonadas.

As fichas da C.M.N.P. têm a inscrição explícita “cantina”, pelo que o seu propósito inicial deveria ser para pagamento nas cantinas da mina. No entanto, relatos de testemunhos confirmam que elas foram usadas como moeda corrente no comércio de toda a região.

Covilhã

Serviços Municipalizados da Covilhã



*Material: Latão.
Valores: 500 Watts.*

Anv: SERVIÇOS MUNICIPALISADOS • COVILHÃ; <valor> WATTS. Rev: antigo brasão de armas da cidade

Subimos agora às montanhas da Serra da Estrela, as mais altas de Portugal continental. Na Covilhã, deparamos com uma ficha única no país e que por isso merece a nossa visita.

Por volta de 1929-1932 a Câmara Municipal da cidade implementou (ou tentou implementar) nas habitações contadores de eletricidade que funcionavam por fichas. Os habitantes comprariam previamente as fichas, que iam introduzindo no aparelho à medida das necessidades. Quando se consumia 500 watts, tinham que colocar outra ficha para continuar a ter luz. Deste modo, eliminava-se a necessidade de funcionários leitores-cobreadores.

Aparentemente, os inconvenientes do sistema não tardaram a manifestar-se e este não se replicou pelo resto do país.



Material: Latão.

Valores: 1 Luso.

Anv: COLLEGIO NACIONAL; COIMBRA. Rev: ANIMA SANA IN CORPORE SANO; <valor>

Descemos a serra pelo rio Mondego, até à cidade dos estudantes, Coimbra, assim apelidada por acolher a mais antiga universidade do país e uma das mais antigas do mundo. Além da universidade, Coimbra acolheu também alguns colégios de renome.

No início do séc. XX, os colégios particulares eram instituições respeitadíssimas e aplicavam os métodos mais modernos no ensino técnico dos seus alunos. Há vários casos de colégios com cursos comerciais criarem as suas próprias moedas (e por vezes cédulas, cheques bancários, documentos timbrados, etc., como no caso da Escola Raul Dória) de modo a educar os seus alunos nas práticas comerciais e bancárias. Estas eram usadas com toda a seriedade nas simulações praticadas no colégio.

O Colégio Nacional de Coimbra abriu em outubro de 1908 sob a direção do Dr. Alves dos Santos. No ano seguinte mudou-se para a Quinta da Cumeada e parece ter grande proeminência na cidade, agora sob a direção do Dr. Oliveira Guimarães. Em 1911 deixa de aparecer nas notícias, sendo substituído pelo Colégio Moderno (já existente pelo menos desde 1904), na mesma quinta e com o mesmo diretor.

Neste caso, as fichas parecem ter tido um uso diferente do das escolas comerciais. A imprensa da época relata que os alunos do colégio praticavam trabalhos manuais e tinham talhões de cultivo para os quais a escola vendia sementes e comprava-lhes os géneros pagando na sua moeda interna: o Luso. Os alunos podiam usar essas moedas na loja do colégio para comprar brinquedos, balas para tiro ao alvo, etc..

Mondego e Algarve Companhia de Seguros



Material: Folha-de-flandres, papel e mica.

Valores: 1 e 2 centavos.

Anv: MONDEGO E ALGARVE; COMPANHIA DE SEGUROS. Rev: selo da emissão de Ceres protegido por mica

Continuamos a descer o rio Mondego até à sua foz. A Figueira da Foz é uma cidade balnear de grandes tradições piscatórias. Aqui encontramos mais uma curiosa ficha monetária.

Uma forma de “oficializar” as fichas, ou pelo menos de as tornar mais respeitadas pelo público, foi usar um selo postal do valor pretendido enclausurado entre a ficha em folha-de-flandres (uma chapa fina de ferro estanhado) e uma mica para proteção do selo. Este estratagema foi seguido por alguns bancos e seguradoras, que assim atestavam a seriedade das suas emissões. Teoricamente, o cliente nunca perdia dinheiro, pois poderia remover o selo da ficha e usá-lo no seu correio normal. Temos assim peças muito apreciadas quer pelos numismatas quer pelos filatelistas.

A Companhia de Seguros Mondego e Algarve, sediada na Figueira da Foz, teve uma vida curta. Foi fundada nos primeiros dias de 1922, fruto da união entre a C.^a Seguros Mondego e a C.^a Seguros Algarve, sendo encerrada dois anos mais tarde quando foi integrada na Mutualidade Portuguesa. A ficha servia sem dúvida para compensar a escassez de moedas pequenas.



Material: Zinco niquelado.

Valores: 10.

Anv: DIAS - CASAES GALLEGOS. rev: <valor>; em letras pequenas: MADE IN GERMANY

Sendo um país pequeno e com grande densidade populacional, não existem em Portugal grandes fazendas e respetivas fichas no sentido habitual na América do Sul. A emissão de fichas concentrou-se nos grandes centros, só muito raramente foram usadas nos meios rurais.

Uma exceção a essa regra foi a ficha de Casais Galegos, chamada de Vila Moreira a partir de 1920 e hoje em dia absorvida por Alcanena. Casais Galegos cobria uma área de apenas 5km² e tinha tudo para ficar esquecida no mapa. No entanto, dois irmãos, Manuel e Joaquim Dias da Silva (não podiam ter nomes mais portugueses), dinamizaram a aldeia criando uma indústria de curtumes, explorações agrícolas, armazéns, um café com artistas de fado vindos propositadamente de Lisboa e uma garagem que se transformou em sala de cinema.

As fichas, e também senhas em papel, foram criadas para circular na sua rede comercial, alargando-se o seu uso a outros lugares da região.

Abel Pereira da Fonseca



Material: Folha-de-flan-dres (pintada).

Valores: 1c, 2c.

Variantes: Fundo branco em vez de amarelo, apenas valor 1c.

Anv: ABEL PEREIRA DA FONSECA, Lda. • LISBOA; barco no centro

Rev: VALE <valor> C

Chegamos à capital, sede de governação e de grande parte do comércio e indústria nacional. Aqui encontram-se as fichas mais antigas e uma grande variedade de usos e temáticas, a tal ponto que é extremamente difícil a escolha para apresentar aqui. Vamos recolher inspiração a uma taberna.

É inevitável a comparação com o Porto, onde as tabernas deram lugar a modernos e esplendorosos cafés *Art Deco*. Em Lisboa a evolução parece ter sido principalmente para Clubs, que se mostraram ainda mais exóticos e exclusivos. Foram a manifestação extrema dos “loucos anos 20”, onde a bebida, a dança e o jogo se misturavam e esbatiam as fronteiras entre café, sala de espetáculos, salão e casino. Talvez por isso as tradicionais tabernas tenham subsistido até muito mais tarde, acolhendo aqueles que não tinham entrada nos círculos mais altos, entre eles os escritores e artistas da época.

A Abel Pereira da Fonseca & C.^a Lda. foi uma empresa agrícola/vinícola de grande dimensão na Lisboa da primeira metade do séc. XX, e onde, em uma das suas tabernas, consta que Fernando Pessoa costumava beber uns copos. Em 1917 muda a designação, caindo a C.^a, assumindo a designação constante na legenda da ficha, e é construído o icónico edifício na Praça David Leandro. Ao longo das décadas seguintes tornou-se a segunda maior empresa de comercialização de vinhos em Portugal até encerrar as atividades em 1993. Os armazéns ainda existem, tendo-se transformado em espaços de animação cultural e artística.

As emissões de fichas coloridas são bastante incomuns em Portugal e as poucas conhecidas são de estabelecimentos semelhantes a este. Não temos registo de como seria usada esta pitoresca ficha, mas com certeza teria os usos habituais já mencionados.



Material: Latão.

Valores: “Uma meia noite”.

Variantes: Formato octogonal, com Valores “Meio jornal” e “Um jornal”.

Anv: F. GARAY ET C.º • LISBONNE; VALE <valor>. Rev: âncora

As fichas das casas comerciais e de serviços abundaram na capital a partir do final do séc. XIX. Por vezes serviam apenas como meio publicitário, outras vezes permitiam a sua troca por brindes ou assumiam o habitual papel de substituir a moeda pequena. As casas comerciais de origem europeia (especialmente francesa) ou com nomes estrangeiros abundavam, sendo sinónimo de elegância.

É esse o caso da F. Garay & C.^a, uma agente da “Chargeurs Réunis”, empresa náutica que, entre outras rotas, fazia a travessia atlântica de Le Havre para o Brasil, passando por Lisboa. A agência tinha os seus escritórios no Largo do Município, em Lisboa, e passou por várias sociedades, mas existiu com esse nome entre 1885 e a morte do sócio principal, o francês Ferdinand Garay, em 1899.

Hoje em dia os valores inscritos nas fichas deixam-nos confusos, mas naquele tempo era usado o termo “jornal” como o salário de um dia de trabalho (jorna, jornada). O valor “noite” correspondia provavelmente ao trabalho noturno. Neste contexto, as fichas serviriam para pagar aos estivadores ou serventes.

Sociedade Cooperativa Piedense



Material: Latão.

Valores: 1/2, 1, 2 e 3.

Variante: Existem pelo menos 7 fichas para outros produtos, de diversos formatos e materiais.

Anv: COOPERATIVA C. PIEDENSE • FUNDADA EM 4-3-1893; ao centro: PÃO <carimbo com valor> e símbolo cooperativista. Rev: liso

Atravessamos agora o rio Tejo para a outra margem, Almada, onde, tal como no Rio de Janeiro, existe um Cristo Redentor.

O brotar do séc. XX foi um período difícil, especialmente para as classes mais baixas. Os conflitos europeus acabariam por despoletar a Primeira Guerra Mundial. A pandémica Gripe Espanhola que assolou o mundo todo incidiu com especial força na península ibérica. À celebrada queda da Monarquia e instauração da República seguiram-se anos de instabilidade e de inflação. Com tudo isto, uma boa parte da população tinha dificuldades em comprar até os bens mais básicos, que eram vendidos a preços altos e baixa qualidade. Despoletaram cooperativas por todo o país, não só com a intenção de lutar pelos direitos laborais, mas principalmente para auxiliar no fornecimento de produtos básicos com qualidade e preços justos.

Uma dessas cooperativas foi a Sociedade Cooperativa de Consumo Piedense, fundada em 1893, a qual teve um papel de destaque na vida da comunidade onde estava sediada e chegou a ser considerada a mais importante cooperativa da Península Ibérica. Foi das poucas cooperativas a chegar aos dias de hoje.

Sendo o pão o bem alimentar básico, abundavam no país as cooperativas com fichas destinadas exclusivamente a esse produto, normalmente como forma de pré-pagamento (há quem diga que seriam forma de racionamento). No entanto, a Coop. Piedense foi muito mais longe do que qualquer uma das outras e criou fichas com vários formatos e valores para outros produtos como o leite, petróleo, carvão e até para o barbeiro... existindo fichas específicas para barba, ou para barba e cabelo.

Sociedade Tiro aos Pombos



*Material: Latão.
Valores: Un pombo.
Variantes: ficha aparentemente mais moderna em alumínio.*

Anv: SOCIEDADE - TIRO ; AOS - POMBOS; ELVAS. Rev: UN POMBO

Cruzamos agora o Alentejo, região eminentemente agrícola e com a menor densidade populacional do país. Não é por isso de estranhar que sejam muito poucas as emissões de fichas alentejanas. Elvas está situada mesmo ao lado da fronteira espanhola e foi desde sempre cobiçada por ambos os países, razão que levou a edificar o maior conjunto de fortificações abaluartadas do mundo.

Aprove-se ou não o desporto, houve tempos em que o tiro era feito a pombos verdadeiros. Por todo o país existem clubes de tiro e vários deles emitiram fichas semelhantes. O uso era simples: comprava-se a ficha e esta era entregue à pessoa encarregada de libertar um novo pombo. Posteriormente, os encarregados terão sido substituídos por máquinas e os pombos por pratos. Nos campos de golfe encontram-se sistemas semelhantes para obter conjuntos de bolas, usadas para o treino da primeira tacada.

Uma nota sobre esta ficha: “Un pombo” ou tem erro ortográfico ou está escrito com a grafia espanhola, o que indicia ter sido cunhada do outro lado da fronteira.

Feira Medieval



Anv: SILVES CAPITAL DO REINO DOS ALGARVES.

Rev: <valor>

Valores: 1/2, 1 e 5 Xlib

Variantes: Todos os anos foi emitido um conjunto diferente, pelo menos entre 2008 e 2015.

Finalmente chegamos ao Algarve, a ponta sul de Portugal continental. Nada melhor que Silves, antiga capital algarvia e cidade proeminente durante o domínio muçulmano, para ilustrar a seguinte temática de fichas: as Feiras Medievais.

Nas últimas décadas tem-se verificado uma disseminação de Feiras Medievais por todo o país. Tendo como base os castelos e o riquíssimo património histórico, fazem-se reconstituições históricas ou da vivência nessas cidades durante o período da Idade Média (ou o que mais se apropriar ao local), ao que se juntam frequentemente demonstrações de justas de cavaleiros, batalhas, banquetes e encenações. Ao mesmo tempo, dá-se a oportunidade ao público de vivenciar essa experiência, quer participando nas atividades quer comprando produtos e souvenirs nas barracas de produtos “antigos”. É frequente uma boa parte de população das cidades participar nas encenações, capitalizando assim com o turismo que lá se desloca para se divertir e aprender.

A certa altura espalhou-se a prática de fazer correr moeda própria dentro das feiras, trocada por dinheiro corrente, a fim de adicionar um elemento de antiguidade ao mesmo tempo que se incentivava o consumo dentro da feira nos vários serviços e barracas. Tal prática durou durante vários anos, mas tem vindo a decair, sendo já raro encontrar estas iniciativas.

Pelo menos entre 2008 e 2015, Silves cunhou a sua própria moeda: o Xilb, correspondendo ao nome da cidade nos tempos muçulmanos. A cada ano circulava na feira um conjunto diferente das fichas. No seu conjunto, as emissões de Silves são das mais originais e variadas neste tipo de fichas.

Madeira

Phelps, Page & C.º



*Material: Cobre.
Valores: 40, 50 e 100 Reis
Variantes: várias cunhagens com erros no valor 100.*

Anv: PHELPS, PAGE & C.º; MADEIRA; <valor> 1883 (por vezes com carimbo). Rev: PAGARÃO AO PORTADOR; <valor por extenso>

Para continuar o nosso itinerário temos agora de viajar até à ilha da Madeira. Noutros tempos poderíamos embarcar num dos muitos navios mercantes que para lá se dirigiam.

No final do séc. XVIII, a Madeira assistiu a um período brilhante de prosperidade. Nesta época existiam no Funchal cerca de 30 negociantes ingleses que aproveitavam as produções da ilha para as espalhar pelo seu império. Longe da metrópole e perante a escassez de moedas e de bancos competitivos, rapidamente todas as casas principais iniciaram a produção de fichas próprias, não só para contarem com numerário, mas também como meio de autofinanciamento.

As fichas eram frequentemente usadas como forma de pagamento aos carregadores que traziam da montanha o vinho, a cana-de-açúcar e outros produtos da ilha. De igual modo, as fichas eram bem aceites por toda a ilha como meio de pagamento nos negócios locais.

Joseph Phelps foi homem de negócios inglês que terá nascido na Madeira. Apesar de várias firmas anteriores com o nome Phelps (a primeira fundada pelo seu pai), as primeiras notícias da casa Phelps, Page & C.^o datam de 1804, pelo que a data inscrita na ficha deve ser a da sua fundação. A empresa dedicava-se ao comércio do Vinho da Madeira, onde alcançou grande sucesso. Mas J. Phelps fundou também às suas custas uma escola, e promoveu uma associação de ensino, entre outras atividades filantrópicas. A sua memória persiste ainda no Funchal na “Rua do Phelps”.

Açores

Peter Café Sport



Anv: PETER;CAFÉ
SPORT ©; HORTA FAIAL
AÇORES
Rev: 25.12.1918
Variantes: exemplares com
banho dourado.

Rumamos agora em direção ao meio do Atlântico, para finalizar a nossa viagem nas ilhas dos Açores, já a meio caminho para o Brasil.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, em 1918, Henrique Azevedo,

um dos filhos do fundador do “Bazar do Fayal”, ao mudar uma vez mais de instalações, alterou-lhe o nome para “Café Sport”. A localização junto do porto da Horta favoreceu uma estreita relação com os marinheiros que atravessavam o Atlântico. O café serviu de estabelecimento de câmbio, posta-restante, iate clube, balcão de informações, delegação de previsão do tempo, sala de visitas internacional e a todo o tipo de atividades necessárias aos viajantes. Tornou-se assim uma instituição quase mítica para os marinheiros e viajantes. O café tornou-se internacionalmente conhecido como o “Peter’s” graças a um velho marinheiro que cismou que Henrique era parecido com o seu filho Peter e por isso passou a tratá-lo por esse nome. O apelido pegou.

A ficha foi usada a partir de cerca de 1980. Servia de moeda de troca sendo vendida ao mesmo valor que um Gin Tónico (a especialidade da casa), podendo ser trocada por esta bebida no café. Hoje em dia, a ficha já não está em uso.

Ainda hoje, a qualquer dia da semana, podemos encontrar no Peter’s pessoas de todo o mundo numa verdadeira celebração de comunhão internacional. Tal e qual como este artigo tentou mostrar ao país irmão um pouco do que são as fichas monetárias portuguesas. Com este Gin Tónico brindamos ao fim da nossa viagem, espero que vos tenha despertado a curiosidade.

Referências

- Histórias com História (2015): Da ponte das barcas à Ponte Luiz I no Porto. <http://historiaschistoria.blogspot.com/2015/03/da-ponte-das-barcas-ponte-luiz-i-no.html>
- Mendes, N.F. (2012). *Cafés históricos do Porto - na demanda de um património ignoto*. Univ. Porto: Porto.
- Pascoal, C. (1988). Fichas da Madeira. *Numisma*, 1988.
- Salgado, L (coord.) (S/D). Índice de Fichas de Portugal. *Fórum Numismatas*. WWW: <http://www.numismatas.com/phpBB3/viewtopic.php?f=119&t=12520>
- Salgado, L. (2018). As moedas do Leite. revista *Lacticoop* nº 284.
- Salgado, L. (2018a). As moedas dos Bombeiros. *Jornal Bombeiros de Portugal* nº 387, LBP.
- Salgado, L. (2019). As moedas do Leite. revista *Lacticoop* nº 285.
- Salgado, J.; Salgado, L. (2013). *Fichas dos Cafés do Porto*. Cadernos Numismatas,

Fórum Numismatas: Porto.

Salgado, J.S. (1976): Tesserologia: Breves notas dos pesos do contrato do tabaco. *Numismática*, número 4

Santos, C.S. (1953). Notícia sobre um exemplar desconhecido de uma moeda de portagem. NVMMVS (Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática), XXIV, I(4): 262-266..

Nascimento, F.P.M. (2016). O Casino de Espinho. Jogo e Lazer (1905-2005). Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea : Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Vilar, A. (1996): O Volfrâmio de Arouca no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tese maestr. História Ibero-Americana, Univ. Portucalense.

Artigos da série “Tesserologia”, Jaime Salgado (e mais recentemente Luís Salgado), revista Numismática, Associação Numismática de Portugal, desde 1975.

INSTRUÇÃO AOS AUTORES

A **Revista Numismática Brasileira – RNB** é publicação semestral e destina-se à divulgação de trabalhos científicos de pesquisa contemplando áreas relativas ao estudo da Numismática.

ENVIO:

Os artigos deverão ser enviados exclusivamente ao correio eletrônico: **snb@snb.org.br** com cópia ao Editor Oswaldo M. Rodrigues Jr.: **oswrod1@hotmail.com**.

Obs. Os trabalhos apresentados não poderão ter sido enviados simultaneamente a outro periódico para publicação. Artigos já publicados anteriormente em outros formatos, serão aceitos desde que adaptados aos padrões da revista e indicados onde foi publicado.

FORMATO:

A extensão máxima permitida é de até 20 páginas digitadas em processador de texto, em tamanho A4, margens de 2cm, espaço duplo, fonte Times New Roman, tamanho 12.

Os manuscritos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

Os textos enviados em idioma inglês podem ocasionar custos adicionais para a tradução e revisão, os quais correm por conta do/s autores que devem aprovar estes gastos apresentados pela Revista. Cabe ao Comitê Editorial opinar pela publicação em inglês.

A primeira página do manuscrito constará de:

- a) Título do trabalho em português (ou espanhol) e inglês
- b) Nome do/s autor/es e designação institucional ou Entidades Numismáticas em que é associado
- c) Autor para correspondência e contato (E-mail, endereço, telefone).

Na sequência deve vir um resumo de no máximo 200 palavras, em português (ou espanhol) e em inglês. Abaixo do resumo devem constar quatro ou cinco palavras-chave em português (ou espanhol) e em inglês.

A seguir, o trabalho deverá ter uma Introdução, o conteúdo do trabalho, a Conclusão e Referências Bibliográficas. (Deixamos em aberto outras seções a critério do autor como: Método, Resultados, Discussão, Agradecimentos e financiamento para a realização do estudo).

As ilustrações (fotografias, diagramas, tabelas, desenhos), devem ser entregues no final do artigo, no mesmo arquivo, em forma consecutiva bem como a marcação no texto indicando o lugar de inserção. As fotos e ilustrações quando não for do autor, deverá indicar seu crédito ou referência.

Poderá ser utilizado notas de rodapé para explicações, devendo estar numeradas no corpo do texto.

RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO

Após o recebimento do artigo, o Comitê Editorial avalia se está de acordo com os critérios e objetivos editoriais da revista. Considerando as avaliações, o Editor comunicará ao autor designado que pode ser: 1) rejeição do manuscrito; 2) Aceitação do manuscrito; 3) Aceitação com a solicitação de que se realizem as modificações sugeridas pelo Comitê Editorial.

Após a aceitação o artigo será diagramado nos padrões da Revista e o autor receberá o artigo para avaliação e sua aprovação para publicação.

Ao enviar o artigo para a RNB, o autor autoriza e aceita a transferência de direitos de publicação para a revista, bem como o regulamento de publicações, portanto, das responsabilidades de autoria, originalidade, confidencialidade e identificação de créditos e autorizações.

Situações fora das especificadas nas normas, deverão ser comunicadas previamente.



Rua 24 de Maio, 247 - 2º andar - São Paulo - Brasil - CEP 01041-001
Site: www.snb.org.br | email: snb@snb.org.br

